



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

**SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: Tecendo Novas Relações Sociais no Conjunto
Palmeira.**

Maria Fernanda de Sousa Rodrigues

Fortaleza – 2003

SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA: Tecendo Novas Relações Sociais no Conjunto
Palmeira.

Maria Fernanda de Sousa Rodrigues

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, COMO PRÉ-REQUISITO PARCIAL PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

FORTALEZA-2003

Dissertação apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Sociologia, outorgada pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta Dissertação é permitida, desde que feita em conformidade às normas da ética científica.

Maria Fernanda de Sousa Rodrigues

DISSERTAÇÃO APROVADA EM _____

Professora Dra. Elza Maria Franco Braga
Orientadora

Professora Dra. Glória Maria dos Santos Diógenes

Professor Dr. João Bosco Feitosa dos Santos

À minha mãe por acalmar minha alma com suas orações
À Mariana – sinais de desafios
A Jairo, pelo companheirismo e compreensão
A Lucas, luz e esperança...

AGRADECIMENTOS

Realizar uma pesquisa científica é uma tarefa árdua. No seu decorrer, precisamos de várias mãos e mentes para concretizá-la. Essas ajudas se dão mediante a existência das condições objetivas e subjetivas, estas últimas percebidas por múltiplos sentimentos: de um lado a sensibilidade, o desejo e a leveza; e de outro, a angústia e o desânimo.

Agradeço, principalmente, estas pessoas especiais, que me inspiraram e ajudaram a concluir este trabalho:

À Ivonete Tamboril, amiga e companheira de longa data;

A Juarez de Paula, um confidente das horas difíceis que, através da poesia, ensinou-me a enfrentar os desafios e a construir alternativas quando aparecessem as pedras no caminho;

Ao companheiro Jairo, pela dedicação e respeito ao meu trabalho;

À Mariana, minha filha, que descobre o fantástico mundo das letras. Talvez hoje, em graus diferentes, percebemos a importância e o desafio que são as palavras;

À minha mãe e a meu Pai; aos meus irmãos, os quais não tiveram oportunidade de concluir o primeiro grau; e às minhas irmãs pelo cuidado, as quais, iguais a mim, desafiam o “mundo dado”;

À minha orientadora, Professora Elzinha, testemunha do desafio de escrever este trabalho, a ela, meu profundo agradecimento;

À Glória Diógenes, por dispor de tempo sempre que necessito de sua ajuda;

Ao amigo Joaquim Neto, coordenador da experiência do Banco Palmas, que revisei, várias vezes, por ocasião da feitura desta dissertação;

Ao gabinete do Deputado Federal João Alfredo, o qual viabilizou minha ida a outros Estados, colaborando para uma maior apreensão deste tema em pauta;

À CAPES, pela concessão de bolsa durante dois anos;

À UFC, pelo espaço do aprendizado construído;

E, por fim, a Deus, por conceder-me a graça de cada segundo de minha vida.

Penetra surdamente no reino das palavras.
Lá estão os poemas que esperam ser escritos.
Estão paralisados, mas não há desespero,
Há calma e frescura na superfície intata.
Ei-los sós e mudos, em estado de dicionário.
Convive com teus poemas, antes de escrevê-los.
Tem paciência, se obscuros. Calma, se te provocam.
(...)
chega mais perto e contempla as palavras .
cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
(...)
Repara ermas de melodia e conceito
Elas se refugiam na noite, as palavras
Ainda úmidas e impregnadas de sono
rolam no rio difícil e se transformam em desprezo.

Andrade, 2002, p. 248-249

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações sociais disseminadas nos últimos anos sob o signo da solidariedade econômica e social, a partir de um novo perfil de organização dos movimentos sociais. Estes novos arranjos se colocam como uma alternativa gerada dentro do capitalismo no Brasil e no mundo; são organizações de trabalhadores e desempregados das grandes metrópoles que, através de uma globalização “às avessas”, tentam inverter a lógica da produção e do consumo no capitalismo neoliberal e global e, localmente, reinventam o cotidiano a partir da ousadia, imprimindo novos paradigmas no enfrentamento das questões sociais. O Conjunto Palmeira, localizado na periferia de Fortaleza, propõe, desde 1998, uma alternativa que possibilite a melhoria na qualidade de vida de seus moradores. Esse bairro é analisado no atual trabalho de pesquisa por meio de uma abordagem interpretativa, que pretende compreender as formas de sociabilidade que se revelam ou se constroem no cotidiano desses atores sociais, tendo como campo de investigação os empreendimentos do Banco Palmas, um banco “criado” pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira.

ABSTRACT

This dissertation analysis the social relations spread in the last years as the signal of the social economic solidarity, based on a new profile of organization of the social movements. These new arrangements appear as an alternative produced in the Brazilian capitalism and in the world. They are organizations of the workers and unemployed people of the great cities. They purpose a specific alternative globalization trying to invert the logic of the production and the consumption of the neoliberal and global capitalism. They recreate the quotidian .life based on the daring producing new references in order to face the social questions. The housing estate named Palmeira, have purposed an alternative that makes possible an improvement in the life quality of their inhabitants since 1998. It's placed in the periphery of Fortaleza. This quarter is analyzed in this current work of research. This interpretative approach intends to understand the spaces of sociability that reveals or constructs the quotidian of the social actors. The investigation field in this case includes the enterprisings of the Palmas bank, a bank "created" by the association of the inhabitants of the Palmeira housing estate.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	9
O Percurso da Pesquisa: Uma Relação Tensiva	12
O Encontro com o Bairro – Desânimo e Desconforto	13
A Pesquisa em Atos	15
CAPÍTULO I	
1 CIDADE PARTIDA CIDADE DE TODOS	20
1.1 Fortaleza: da exclusão social a uma cidade de possibilidades	23
1.2 Conjunto Palmeira: Os Primeiros Registros de Lutas pela Cidadania	28
CAPÍTULO II	
2 HISTÓRIAS DE VIDAS E LUTAS: O COTIDIANO TECENDO RELAÇÕES ...SOCIAIS	37
2.1 Na Cidade da Escassez o Consumo Cidadão	39
2.2 Anos 90: Novos Desafios, Novas Estratégias e a Criação de um Banco	45
2.3 Banco Palmas: Em Cada Símbolo a Recriação de Significados	46
2.4 Cartão de Crédito – viabilizador de necessidades	51
2.5 Cartão de Crédito: Imagens e Desejos	57
2.6 <i>Palmacard</i>: No cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais ...	60
CAPÍTULO III	
3 ECONOMIA E SOLIDARIEDADE: CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS ...DE INCLUSÃO SOCIAL	65
3.1 Solidariedade: Construção do Conceito	67
3.2 A Socioeconomia Solidária: Uma Alternativa em Curso	73
3.3 A Socioeconomia Solidária e as Redes	75
3.4 Redes Locais: Palmas o Dinheiro que Inclui.....	82
CONCLUSÃO	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89

APRESENTAÇÃO

Os anos 90, final do século XX, foram marcados por intensas transformações relacionadas ao fenômeno da globalização com impactos em diferentes domínios da vida social; configurou-se, dessa forma, um novo cenário, em particular, atinente aos movimentos sociais, temática abordada nesta dissertação. Nesse sentido, meu olhar é direcionado ao movimento popular, às suas novas práticas, suas estratégias e táticas, mediante o novo contexto social que vem se desenhando desde a década passada, assim como o processo de reestruturação da organização do capital, que perpassa distintos e interligados elementos, como o conceito mundializado das relações de trabalho.

Nesse contexto, somam-se as questões do desemprego e subemprego crescentes, com expressivos impactos, potencializando fenômenos que agravam cada vez mais o quadro de exclusão social e miséria, desenvolvidos também dentro de uma realidade global, atingindo, fundamentalmente, os países mais pobres e em desenvolvimento.

Essa realidade vai impulsionar mudanças na ação desenvolvida pelos movimentos sociais e populares, diversificando e ampliando suas práticas cotidianas em relação às conjunturas dos anos 70 e 80, cujos eixos das reivindicações eram centrados em questões de infra-estrutura básica (transportes, saúde, educação, moradia etc). Nos anos 90 e nos primeiros anos da atual década, a luta pela sobrevivência física dos indivíduos e pelo trabalho adquire maior centralidade na comunidade. Esse deslocamento do olhar do Movimento Social e Popular - MSP - tem como um dos fatores explicativos o aumento da miséria, em particular, nos grandes centros urbanos, com grande visibilidade *mediática*.

Um outro aspecto a ser considerado, segundo Gohn (2000), é que esta política desencadeada pelo movimento social e popular é segmentária e privilegia áreas temáticas-problema e não mais os atores sociais organizados em movimentos. Dessa forma, alerta-nos a autora, os sujeitos das ações transfiguram-se em problemáticas: a fome, o desemprego, a moradia, os sem-terra, sendo que, no caso deste último, tem se revelado como o grande interlocutor do MSP.

Tematizando o movimento social popular da década de 90, Razeto (1993) explicita a sua diferenciação essencial da década de 80, pois suas ações passaram a dar ênfase às

alternativas solidárias, e partem das necessidades que devem ser trabalhadas coletivamente e não apenas das que são demandadas ao Estado. Os beneficiários serão também os executores da implantação e da gestão do serviço reivindicado. Este processo, segundo Gonh (2000), constitui-se através de redes que são formadas pelas lideranças do movimento em décadas anteriores, e que, através da prática política, vão se constituindo em novos sujeitos da comunidade local, objetivando dar sustentabilidade a redes sociais que passam a girar em torno do fazer, do movimentar processos de produção, que gerem produtos e empregos, na economia informal, na economia popular.

Essa reorganização na estratégia dos movimentos sociais populares dar-se-á em meio a mudança radical do modelo de metrópole adotado no mundo globalizado: o crescente desemprego, a falta de moradia, o maior número de indivíduos habitando em áreas consideradas de risco etc. Dentro de uma conjuntura adversa, os moradores das favelas e da periferia recriam maneiras de sobrevivência e de enfrentamento que a sociologia e outras ciências classificaram de exclusão social.

Diante dessas colocações, explico o tema central desta dissertação, que trata do novo paradigma de organização dos movimentos populares na periferia das grandes cidades, frente ao fenômeno da exclusão social¹. Por um lado, os atores sociais, neste caso específico, organizados em associações de moradores, reinventam táticas de sobrevivência, tendo reflexos na política local, pois, do contrário, tornariam-se fadados a sucumbir, mediante o quadro de aprofundamento do processo de exclusão social, imposto por esta nova realidade. Por outro lado, agora inseridos em novas estratégias de organização, estes atores, ao reinventar modelos distintos de enfrentamento ao desemprego e à fome, deparam-se com algo desafiador: incluir-se socialmente às avessas. Nesse novo panorama, que mecanismos estão sendo utilizados objetivando animar e aglutinar indivíduos dispersos e desestimulados diante de uma conjuntura adversa?

Atentando para estas questões, analiso, no presente estudo, a experiência desenvolvida no Conjunto Palmeira através da Associação de Moradores, orientada por um fenômeno social recente compreendido por socioeconomia solidária. Focalizo determinadas ações desenvolvidas pelo referido Conjunto, tendo como campo de pesquisa o Banco Palmas. Na definição do percurso metodológico desta pesquisa, apresento o recorte circunscrito no

¹ Esse conceito vem sendo amplamente trabalhado por alguns estudiosos da Sociologia. Dentre eles, destacamos Nascimento (1994) e Zaluar (1997). Castel (2000), ao se referir a essa parcela da população, usa o conceito de desfiliação e o articula dentro do atual contexto da mundialização do capital.

contexto de novas relações sociais fecundadas a partir do Banco Palmas e seus entrelaçamentos com a história de lutas do Conjunto.

O processo de ações desencadeadas pelo Banco Palmas está diretamente relacionada com o paradigma da solidariedade. Um dos grandes objetivos é criar no Conjunto mecanismos de trabalho e renda a partir de pequenos empréstimos concedidos a pessoas de baixa renda, que somam 80% dos moradores.

Um outro aspecto fundamental é articular localmente redes de produção, comercialização e consumo solidário dentro de referenciais de cidadania e inclusão social, como foi lembrado pelo coordenador do Banco Palmas:

[...] é um espaço prático que está resolvendo o problema de algumas pessoas e que tá colocando uma metodologia na contramão da lógica capitalista pautada na solidariedade e na colaboração que podem desabrochar no grande projeto social dentro e fora do Palmeira.

(Joaquim Melo).

O Banco Palmas está disseminando dentro do movimento popular o testemunho de uma nova lógica no enfrentamento da exclusão imposta pelo capitalismo, implantando, dentro desse modelo excludente, alternativas de inclusão social pautadas numa solidariedade cidadã. Estas iniciativas são motivadas pela necessidade de atender a determinados estrangulamentos, agravados pela redução de recursos capazes de gerar políticas públicas eficazes, no combate ao desemprego, como um dos parâmetros analíticos do contexto aqui já explicitado.

Considerando essas questões, a presente discussão afunila o recorte demarcado para este trabalho de pesquisa sociológica, sistematizando no seguinte ponto: Quais as contribuições da experiência do Conjunto Palmeira para o movimento popular e suas implicações na pauta de possíveis relações sociais e, especificamente, os seus rebatimentos sobre sentidos e significados que permeiam as ações vivenciados pelos moradores nesse novo processo?

Dessa forma, desenvolvi, a partir de 2000, uma observação sistemática acerca deste novo cenário que vem se constituindo no Conjunto Palmeira, definido por mim como um campo fecundo de novas relações sociais, pautadas em ações criadas e gerenciadas pelos atores sociais inseridos neste processo de solidariedade e economia, através dos vários empreendimentos² já instituídos pelo Banco Palmas.

² Os empreendimentos econômicos solidários compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação,

O Percurso da Pesquisa: Uma Relação Tensiva

Existe um fenômeno que sempre me inquietou. Em que momento o indivíduo compreende a si e o espaço social no qual nasceu e viveu, e em que situações elabora teorias que o levam a mudar-se e contribuir para mudanças no contexto social ao qual pertence? Quais são os mecanismos constituintes das relações sociais? Estas perguntas tento, há muito, responder a mim mesma. Explico.

Desde muito cedo, rompi com paradigmas impostos socialmente. Pertencço a uma família pobre do interior do Estado. Meu pai descendente de escravos, traz em si o comportamento servil transmitido a ele, de geração em geração. “*Temos que obedecer*”, sentenciava. Talvez por isto durante muito tempo fui uma dissidente na família por desobedecer às regras impostas socialmente. Mas como descobri que podia desobedecer?

Militei durante muito tempo na PJMP – Pastoral de Juventude do Meio Popular, movimento juvenil católico da década de 80. Os documentos daquele período da igreja sinalizavam para uma igreja voltada para os pobres. Quem não lembra da “*opção preferencial pelos pobres*”, propagada em todo país? Foi importante expressar este sentimento oficialmente. O país saía de um período de ditadura militar, existia um sentimento de revolucionar comportamentos, paradigmas que orientavam a sociedade. Ainda na mesma década, filiei-me ao Partido dos Trabalhadores – PT - e tornei minha vida familiar mais complicada. Havia uma profunda divergência ideológica: meu pai “pertencia” ao partido do prefeito que governava a cidade por três décadas.

Aproximar-me de grupos que representavam mudanças era fundamental; as novas relações sociais nascem de rompimentos e resignificações dos símbolos existentes.

Cheguei à academia com esta inquietação, compreender as mais diversas maneiras de sociabilidade de pessoas e/ou grupos sociais. Por isso, talvez, tenho dedicado minhas

eficiência e viabilidade. Aglutinando indivíduos excluídos do mercado de trabalho e movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência; os empreendimentos econômicos solidários desenvolvem atividades nos setores da produção ou da prestação de serviços, da comercialização e do crédito. Apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o trabalho da comunidade e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGUER, 2003, p135).

pesquisas³ nessa perspectiva de contribuir teoricamente com o tema: a sociabilidade e a exclusão social. Todas essas pesquisas têm sido desafiadoras e com significados bem particulares. No instante em que entendo atores sociais envolvidos em tramas, teço análises as quais são familiares e, por isso, instigantes. Busco enxergar para além do olhar familiar, exercitar o “olhar sociológico”.

O Encontro com o Bairro – Desânimo e Desconforto

O percurso até o Conjunto Palmeira é extremamente longo, o pior é que fui de ônibus. Isso tornou o caminho perversamente cansativo. Pensei em desistir. Estudar o movimento popular havia se tornado uma opção terrivelmente dolorosa. Nesse momento, pensei o quanto seria interessante pesquisar uma prática inovadora que despontava no Brasil e, particularmente, no Conjunto Palmeira. Talvez, por isso, continuei a “viagem”.

Decidi enfrentar os monstros adormecidos e influenciadores de uma postura defensiva em relação aos movimentos sociais, afinal, havia deixado de militar no movimento popular há alguns anos. Diante dessa decisão, deixei-me guiar e levar pela cidade que surgia conforme o ônibus se aproximava do meu destino. Ao invés da arquitetura moderna, apresentavam-se casas e casebres sem nenhuma harmonia arquitetônica. Os meninos pálidos e semi-nus corriam no pouco espaço que lhes restavam e mulheres, aparentemente ociosas, encontravam-se largadas em mini-calçadas e, numa suposta felicidade, davam gargalhadas que, por algum motivo, inquietavam-me.

A cidade colorida perdia sua cor e transformava-se no filme preto e branco; agora, os personagens e o cenário pareciam desvincular-se da projeção do início da viagem. Os viadutos, fruto da modernização, davam espaços a pontes inventadas. Carroças e bichos de uso doméstico tomavam o lugar dos carros de luxo. Aqui e ali, projetavam cenas que copiavam “às avessas” a cidade que havia ficado para trás.

Cheguei com atraso ao circo-escola do Conjunto Palmeira. Era o meu primeiro contato com o bairro como pesquisadora. Em 1989, havia visitado um amigo que hoje é o coordenador do Banco Palmas, só depois descobri ser este o objeto de pesquisa.

³ IPPOO: Da marginalidade à Cidadania, pesquisa audiovisual apresentada em 1996-UFC e Movimento HIP HOP – O RAP como forma de sociabilidade, monografia apresentada em 1998 – UFC.

Estava acontecendo o primeiro Encontro de Mercado⁴ Solidário⁵, promovido pelo Banco Palmas e pela Universidade Federal de Pernambuco. No local, havia muitos estranhos – aproximadamente 200 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e velhos - ou seria eu a estranha? Estava invadindo territórios que há pouco tinha dúvidas de pesquisá-los. O cenário lembrava as feiras livres, muitas barracas com roupas, artesanatos, acessórios; mais tarde fiquei sabendo que eram produtos da grife do bairro, a Palma Fashion.

Nesse novo cenário do movimento de bairro, encontrei velhos atores sociais protagonistas de antigas lutas. Deparei-me com um campo familiar e, ao mesmo tempo, com novos significados... Nele, paro e tento enxergar pistas que me indiquem setas na tentativa (pobres pesquisadores sociais) de desvendar esta nova realidade social, suas particularidades. Às vezes, essa singularidade é tão presente que nos cega.

Em que espaço do Conjunto Palmeira, fragmento deste “mapa humano”, está o meu ponto de partida de entendimento dos signos e códigos da socioeconomia solidária?

O discurso do coordenador da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT –ADS destoava ainda mais do destino que eu queria dar à pesquisa. Gritava clichês - Fora FHC, Fora o FMI. Isso era desmotivador. Nesse sentido, Bourdieu (2000, p.69) alerta que:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os actos dos produtores e as obras por eles produzidos e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir.
(BOURDIEU, 2000, p.69).

Assim, é reservado ao cientista social a tarefa que vai para além da narração, cabendo-lhe a interpretação de ações protagonizadas por atores sociais dentro de um espaço específico, daí porque, para compreender esta dinâmica, é necessário apreender a gênese social no seu campo de pesquisa. Nesse caso, a reconstrução das relações é fundamental para compreender que,

⁴ Originalmente, mercado é o lugar onde se comercializam, em pequenas quantidades e a preços estabelecidos, os artigos de primeira necessidade. Fundamentalmente, os mercados de vizinhança são tão antigos quanto a própria humanidade.

⁵ São mercados que revalorizam produtos com referência cultural, os produtos ecológicos e com selo social, bem como o artesanato local. É importante ressaltarmos o fortalecimento dos mercados locais, na constituição de redes de produção, de comercialização e de consumo, sobre o qual nos deteremos terceiro capítulo.

[...] Eles, os “pobres desnecessários”, projetavam-se à deriva da cidade de exclusão, seus sonhos e desejos, abusavam do entusiasmo e ali no “mundo da vida” recriavam modos de sobrevivência. Em suas falas, não anunciaram o fim do capitalismo! Seu projeto, ao contrário, sugere o fortalecimento do mercado. Mas que mercado seria este? Era o mercado criado a partir das necessidades locais fortalecidas dentro de laços solidários e da cumplicidade. (Diário de campo - 2000).

A Pesquisa em Atos

Muitos foram os caminhos suscitados ao iniciar a pesquisa sobre a socioeconomia solidária no Conjunto Palmeira. Enveredei por algumas linhas, não cabendo aqui mencioná-las. A pesquisa nos endereça a caminhos aparentemente fixos, entretanto, quando adentramos nesses caminhos, confrontamo-nos, no percurso, com situações que nos retemetem a outros tantos lugares temporariamente fixos e, finalmente, adotamos um desses percursos para compreender as particularidades de campo mais extenso da pesquisa. A isso chamo de método.

No primeiro capítulo, usei como recurso teórico o autor Ítalo Calvino que me possibilitou enxergar as várias Fortalezas existentes. Cada uma com suas peculiaridades, sua cartografia, ora desenhada pelo risco econômico, ora pelo risco social. Sua totalidade expressa a pintura das lutas e conquistas, da expansão comercial e turística, dos *outdoors*, viadutos, arranha-céus que, no olhar da criança da periferia, parecem furar o céu. Fortaleza representa, junta com tantas outras cidades brasileiras, o modelo segmentado da metrópole moderna.

Em “Cidades Invisíveis”, as cidades estão repletas de códigos e mensagens nos edifícios, nos palácios, prontas para serem desvendadas. Assim é Fortaleza com seus barracos, arranha-céus, bodegas e butiques, tudo isso são signos prontos a serem revelados. O menino que pede esmola nos grandes cruzamentos representa mais que um mendigo precoce, ele é a consequência do descuido social. A prostituta menina que se insinua nas praças do centro da cidade e na orla exhibe mais que sua promiscuidade. Assim, os símbolos são resultados do olhar que lançamos sobre eles: são figuras de coisas que significam outras coisas (CALVINO, 1991, p.17).

Dessa forma, durante a pesquisa, percebi também que Fortaleza pode ser de todos. Embora de maneira diferente e desigual, é que os moradores, a seu modo, recriam uma cidade às avessas. Assim, surgem os cantos nos quais há espaços para todos os seus moradores, para os visitantes ilustres, para os aventureiros e para os favelados. A cidade é, na

verdade, uma cidade que comporta várias outras cidades. Conforme escreve Calvino (1991, p.36-37):

[...] é inútil determinar se Zenóbia deve ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas categorias, mas em outras duas: aquelas que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.

A cidade deixa de ser o canto de moradia e cantos viram lugar de morar, de realização dos desejos e sonhos. São esses cantos que viram sua cidade no sentido da moradia. Sobre o uso do espaço, Ferraro (1999, p.21) afirma:

A cidade adquire identidade através do uso que conforma e informa o ambiente. O espaço é informado pelo uso que o transforma em lugar, em ambiente público ou privado(...) Para o usuário, o uso é o modo de reconhecimento ambiental e a lembrança que dele conserva é, antes de tudo, uma predicação do ambiente. Esta predicação ambiental conserva, lembrada pelo usuário, substitui o próprio espaço e confere ao uso um caráter de permanência cotidiana e rotineira.

Por essa razão, no primeiro capítulo, faço uma discussão acerca da segregação social na cidade de Fortaleza. Ao mesmo tempo, percebo que nesta cidade, mesmo com uma realidade adversa aos moradores da periferia, é possível sonhar e desejar, ainda que esses desejos sejam concretizados num quadro de constantes lutas e adversidades.

Nesse sentido, De Certeau (1994) chama atenção para um aspecto importante que ele chamou de astúcia do homem ordinário, capaz de recriar, de reinventar o cotidiano, ou o “*fazer com*”. A partir de produtos existentes na sociedade, o indivíduo incorpora novos valores e redireciona seu uso, objetivando, no caso específico do trabalho em pauta, inserir-se socialmente.

Um outro aspecto importante ainda nesse capítulo foi co-relacionar as lutas já travadas no Conjunto Palmeira com o contexto do surgimento e adoção da socioeconomia solidária – SES. Daí, foi possível observar que, a Associação de Moradores escolheu uma estratégia de sobrevivência em meio a crise que o modelo de organização utilizado pelo movimento de bairro – as associações - atravessava.

Dessa maneira, era preciso criar urgentes mecanismos de sedução que assegurassem a continuidade das lutas iniciadas na década de 70, período em que chegaram os primeiros habitantes. Além disso, era necessário gerar alternativas de trabalho e renda.

No segundo capítulo, reconstruo a trajetória do Banco Palmas como um dos elementos possibilitadores de melhoria de vida no Conjunto Palmeira, usando como mediador destas ações o cartão de crédito, criado posteriormente à “inauguração” do Banco Palmas. Para percorrer este caminho antropológico, durante esses três anos de pesquisa, conheci muitas pessoas, ouvi muitas histórias, algumas tristes, outras tantas alegres. Visitei lugares ermos fora da avenida principal do Palmeira, onde fica concentrado o fluxo comercial do bairro: a farmácia com pronta entrega, a feira, as lojas, o prédio da associação de moradores. Nos becos, encontramos muita, muita miséria, pessoas que não tinham nenhuma perspectiva de melhorar de vida que, às vezes, sem muito domínio de informações, afirmavam: “[...] é, agora o Palmeira tem um cartão né, e parece que um banco também, mas é muita gente precisando, fiquei na fila [...].”

Portanto, para entendermos o Palmeiras de hoje – a experiência do Banco Palmas e seus empreendimentos solidários e econômicos – é preciso relatarmos histórias de pessoas, indivíduos que, num processo coletivo, foram protagonistas dessa história. O relato dessas lutas no Conjunto perpassa todo o presente trabalho, reconstruindo diferentes temporalidades.

A partir dos depoimentos, vamos observar como, numa situação adversa, é possível construir alternativas. É no contexto de absoluto desânimo que a associação de moradores cria um banco como forma de garantir aos moradores outras possibilidades de organização. Era preciso criar algo diferente que fortalecesse a luta social, e simultaneamente, gerasse trabalho e renda; foi dessa forma que surgiu o Banco Palmas. Mas como uma associação de moradores pode criar um banco? É exatamente por isso que o Palmeira chama atenção da imprensa, de pesquisadores de universidades locais e internacionais, e de muitos outros que se sentem atraídos em conhecer e sentir a experiência, pela criatividade e ousadia de recriar; ao mesmo tempo em que inaugura, dentro dos movimentos sociais, uma outra prática de organização popular.

Os indivíduos excluídos criam alternativas coletivas. Para compreendermos essa realidade, enquanto construção de cidadania, recorremos a Canclini (1995) e Mance (2002). O primeiro versará sobre construções teóricas em relação ao conceito e o segundo faz uma análise do consumo enquanto viabilizador de uma outra economia social, a solidária, uma economia dos semelhantes.

Hoje, são muitas as experiências, no entanto, nós nos deteremos: ao cartão de crédito, o *Palmacard*, a primeira experiência do banco; às moedas *Palmares* e *Palmas*, a primeira

com objetivo de facilitar as trocas de produtos em feiras locais, e a segunda criada para completar pagamentos de serviços e fazer o dinheiro circular no próprio bairro, controlada pelo banco; e à Palma Limpe, empresa de material de limpeza administrada pelo grupo de jovens formados na escola *Palmatec*. Em cada empreendimento, inicia-se o despertar da cidadania; em alguns depoimentos, verificamos que esta cidadania ainda não é percebida por esses atores sociais, embora, quando perguntados sobre tal experiência, sejam unânimes em responder: “é, o Palmeira melhorou muito, agora a gente compra e não precisa se humilhar como antigamente”.

No terceiro e último capítulo, detenho-me a compreender o fenômeno pelo qual se organiza o Conjunto Palmeira: a socioeconomia solidária (através das redes de consumo e produção, tendo como mediadora de troca o palmas – moeda social). Percebo, portanto, uma nova vertente mobilizadora, ou seja, o desenvolvimento de ações que estimulam a formação de grupos de trabalhos voltados para instaurar práticas no campo social. Essa forma de organização vem se propagando rapidamente e se apresenta como uma das opções de inserção no mundo do trabalho em vários setores do movimento popular.

Nesse sentido, é um tema emergente, penetrando, paulatinamente, no espaço acadêmico. Possibilita, dentro dos movimentos sociais, outras leituras e orientações de eixo analítico, onde o indivíduo se insere neste novo momento histórico e o local adquire um significado como eixo aglutinador para compreensão desse indivíduo. São esses alguns dos princípios que incorporam a socioeconomia solidária como estratégia de constituição de uma nova sociabilidade no contexto da globalização. Esse novo momento só adquire sentido, se conectado com as lutas comunitárias de bairros, de favelas etc. A socioeconomia solidária é, portanto, um jeito novo de organização dos tantos trabalhadores e trabalhadoras, dos excluídos do mercado de trabalho, da educação, da escola de qualidade, da moradia, e de tantas outras exclusões, frutos do regime capitalista e aprofundadas no contexto da globalização.

Assim, a ressignificação da solidariedade se concretiza transcendendo a dimensão da caridade e da filantropia, agregando, portanto, uma dimensão política.

Para uma análise epistemológica do fenômeno, pesquisarei como o movimento popular social mundial vem efetivamente se organizando. E, por fim, a partir de estudos realizados, a tentativa de apreensão do conceito das várias correntes de pensamento em construção, dado que o estudo deste fenômeno é contemporâneo e, portanto, de difícil compreensão. Quando somos contemporâneos de um fenômeno em estudo, o que podemos

realizar são caminhos aparentemente e temporariamente fixos; este trabalho tem esta pretensão, de aproximações da realidade temporariamente válidas e contribuir para um debate sociológico que está apenas iniciando.

CAPÍTULO I

CIDADE PARTIDA, CIDADE DE TODOS.

Fortaleza, de quem és amante?

Fortaleza quem ousas
Chamar-te de prostituta?
Se és?
Quem tão sorte carrega
Em ser-te amante?

Fortaleza condenam-te em
Abrir-te para os mais
Ousados e proibidos desejos
Mas, se és uma cortesã
não és somente de nobres
Abre-te sim
Para os mais luxuosos amantes
Para os vagabundos sem rumo
Para os poetas utópicos, que te redesenham
Em cada verso
Dos anônimos apaixonados
Como eu!
Fortaleza permite-me
Senhora, amar-te
No mais infinito
Dos desejos de
Possuir-te!
Quero gozar de
Iracema à Barra;
Do Mucuripe
Lá do alto da Santa
Quero admirá-la
Na plenitude de tua
Nudez!

Fernanda Rodrigues

Quero começar falando de socioeconomia solidária pela porta principal, ou seja, o seu surgimento nas grandes metrópoles. É importante lembrarmos que a porta principal da cidade nem sempre sugere ser a mais importante, para apreender determinados fenômenos sociais. No estudo em pauta, a porta principal situa-se às margens da cidade de Fortaleza no Conjunto Palmeira, zona Sul da cidade, do qual me deterei no segundo capítulo.

Neste primeiro capítulo, proponho uma discussão acerca da cidade como o lugar onde tudo acontece, onde os sonhos nascem, realizam-se ou se frustam; a cidade como símbolo de

um porto seguro, de espaço de construções de identidade em seus mais variados segmentos sociais, nos quais surgem os espaços de sociabilidade, as expressões da violência, mas também uma variada rede de solidariedade

O autor Calvino (1990) relata em seu livro “As Cidades Invisíveis” um passeio pelas cidades. Nessas cidades, encontramos vários modelos, os quais estou chamando de cidades de possibilidades. As cidades, segundo o autor, vão para além do que se pode ver, elas carregam símbolos que falam, e tornam-se interlocutores dos mais variados visitantes e moradores. A cidade seria, portanto, um lugar onde cabem todos, indistintamente. A cidade, dessa forma, é uma construção também de seus habitantes, de sua gente. Ela é plural e dinâmica.

A cidade aparece como um todo no qual nenhum desejo é desperdiçado e do qual você faz parte, e, uma vez aqui se goza tudo o que não se goza em outros lugares, não resta nada além de residir nesse desejo e se satisfazer. Anastácia, cidade enganosa tem um poder, que às vezes se diz maligno e outras benignas. (CALVINO, 1990, p. 16).

Ao falar da socioeconomia solidária, defini o primeiro capítulo como aquele que irá situar o local – a cidade - no qual se desenvolve a experiência. Ele é o ponto de partida no sentido de estabelecer um cenário cujos componentes estabelecem interfaces que imprimem relações e atribuem sentido para compreender a dinâmica do tema com seu entorno.

A cidade assim seria como “ímã” que atrai em só um campo magnético. Nesse sentido, a cidade junta, concentra homens e mulheres de gerações passadas, futuras e presentes, embora, muitas vezes, essa concentração seja de maneira desorganizada, incerta e desconexa.

A cidade é como um grande alfabeto que nos permite construir e reconstruir histórias a partir de sua arquitetura, cabendo a seus moradores através das lentes da história contextualizá-la dentro de uma realidade atualizada.

A cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas das mãos, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

(CALVINO, p. 14- 15).

As cidades também refletem, através de seus templos, arquitetura, parques *shoppings*, segregações sociais. Nessa segmentação social e econômica, não há placas que sinalizem, mas, indivíduos que, através de gestos e comportamentos, externam essas separações. O próprio corpo insinua um território⁶. Dessa forma, dentro da cidade, são construídas cidades, várias cidades, algumas viram canto de moradia, outras de encantamento e admiração, outras de conflitos e, muitas, somente lugar de passagem. Para os antigos gregos, a cidade não se referia somente à dimensão geográfica mas à sua dimensão política no sentido da participação política social. Assim, transcendia a dimensão geográfica. Poderíamos pensar a cidade como espaço onde os atores interagem de diferentes formas e instituindo as relações políticas. A cidade é um território demarcado por quem o desenha e conhece, intimamente, as relações e conexões entre si e a cidade e, assim, constrói sua própria geografia, seus limites. Foi essa sensação que tive quando conversava com Dona Marinete, presidenta da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira.

E mais uma vez, pergunto Dona Marinete. E o cartão é aceito em todas as lojas do bairro?

- “ Não, só nas credenciadas”.

Pergunto novamente:

E aquelas lojas e mercearias, quando saímos da Avenida perimetral ?

- “ Ali não é Palmeira, ali é o São Cristóvão.

O bairro do qual minha entrevistada se refere fica também na região sul da cidade de Fortaleza, e com um grande número de moradores pobres e miseráveis.

(Diário de campo – 2001)

Neste momento fico pensando como é difícil para o pesquisador no primeiro estudo separar geograficamente a miséria. As lentes de que se utiliza vão dando maior visibilidade com o contato, com o objeto pesquisado. À proporção que vai se tornando familiar, torna-se também mais estranho, neste jogo aparentemente paradoxal, onde emergem as pistas que nos endereçam a caminhos menos obscuros, porém não menos desafiadores. Descobrem-se elementos que povoam o imaginário dos moradores, a partir de suas falas, porque deles são tecidas as interpretações que dão sentido, por exemplo, à identidade, à divisão geográfica de espaços e à formação de territórios que os distinguem e os tornam singulares.

1.1 Fortaleza: da exclusão social a uma cidade de possibilidades

⁶ Cf. RODRIGUES, 2000.

Uma reportagem veiculada no Jornal O Povo, de 22 de setembro de 2002, intitulada O Retrato da Fome, mostra-nos que, no Brasil, 50 milhões de pessoas, ou seja, 29% da população brasileira, ganham até R\$ 80 reais, significa dizer que essas pessoas não conseguem comprar o mínimo para se alimentar. Para erradicar esse quadro de miséria, segundo essa mesma reportagem, seriam necessários 1,69 bilhão de reais. No Brasil, os ricos ganham 30 vezes mais do que os pobres acima citados; essa concentração de renda está presente em vários países do mundo, sobretudo na América Latina e na África.

Uma outra matéria, veiculada no mesmo jornal, afirma que, aproximadamente, 50 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, “desigualdade e pobreza no Brasil do IPEA, ou seja, 22 milhões de brasileiros são pobres e 31 milhões, indigentes”.

No Ceará, cerca de 4,1 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza, o Estado situa-se no terceiro lugar do ranking, segundo a Fundação Gertúlio Vargas. É, portanto, o estado que mais precisa de investimentos para reverter o atual quadro miséria, algo em torno de 163 milhões mensais, segundo dados da Fundação Gertúlio Vargas. (Jornal O Povo, 8 de setembro de 2002).

Esses dados são confirmados numa pesquisa realizada pela Federação de Bairros e Favelas, quando constata que 57,6% de 822 famílias cearenses incluídas na amostra já passaram fome e, destas, 47,7% ainda continuam na mesma situação, pelos menos uma vez por semana.

A fome, como uma das expressões da exclusão social, está relacionada com o modelo econômico existente que cria um grande fosso entre pobres e ricos. Essa realidade envolvendo ricos e pobres também é percebida em relação ao consumo: em 1998, mais de um bilhão de pessoas estavam privadas de satisfazer suas necessidades consideradas básicas, enquanto os 20% mais ricos da população mundial eram responsáveis por 86% do total dos gastos em consumo privado, os 20% mais pobres representavam apenas 1,3%.

Essa situação é analisada por Nascimento (1994), quando afirma que a exclusão social no Brasil acontece de forma rápida e avassaladora e está relacionada com a questão da desigualdade social e sobretudo com a pobreza: “ela cresce simultaneamente com a expulsão do mundo do trabalho e cultural, ou ainda, pela representação específica do não reconhecimento, enquanto negação de direitos à moradia, à educação e à segurança. Essa

exclusão, finalmente, pode ser vista como expulsão ou como um “não lugar” no espaço de iguais daqueles considerados cidadãos.

Face ao fenômeno da segregação social e econômica, percebemos o maior crescimento de favelados e miseráveis ou, até mesmo, dos chamados “pobres desnecessários” ou “excluídos perigosos” (NASCIMENTO, 1998 p. 29). Segundo o autor, “[a] nova exclusão social que se caracterizaria na constituição de grupos sociais passíveis, no todo ou em parte, de eliminação física porque são desnecessários economicamente, perigosos socialmente e incômodos politicamente.” (NASCIMENTO, 1998, p.19).

Na cidade de Fortaleza, podemos perceber uma crescente desigualdade social pelo número de miseráveis e favelados. Segundo o coordenador do núcleo de habitação do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese (CDDH), Beto Cabral, o déficit habitacional de Fortaleza ultrapassa 160 mil famílias: "Em toda região Metropolitana ultrapassa 200 mil". Ele afirma que um terço da população de Fortaleza mora em condições precárias (Jornal O Povo, 17 de agosto de 2003).

Hoje, somam-se 613 favelas, totalizando uma população de 769 mil pessoas, muitas em construções rústicas (alvenaria, taipa, plástico, papelão e outros), sem infra-estrutura. Faltam-lhes, segundo dados do CDDH, ruas pavimentadas, sistemas de esgotamento sanitário, transporte coletivo, escolas, postos de saúde, segurança pública dentre outros. A esse respeito, lembra-nos Barreira (1992) “que o problema [de] carências de serviços urbanos tem sido constante na história da cidade.”

Paralelamente a este quadro de absoluta pobreza constatada nestas e em outras pesquisas⁷, a cidade de Fortaleza desponta na mídia como a capital do turismo e como a metrópole que se destaca pela expansão da construção civil, comparada a países desenvolvidos, face ao padrão de suas construções, no que diz respeito tanto aos espaços ocupados como também ao luxo arquitetônico. Por essa razão, nas últimas décadas, entrou no roteiro do calendário turístico brasileiro.

⁷ Hoje, existem as chamadas áreas de risco que somam 67 em toda Fortaleza, perfazendo um número 4.287 famílias, estimadas numa população de 47.800 pessoas. São construções realizadas em dunas, prédios abandonados condenados pelo poder público, espaços de alta tensão elétrica. Estão localizados geralmente às margens dos rios, lagoas, praias e área de segurança máxima (vias férreas, por exemplo). Existem indivíduos vivem abaixo da linha da pobreza, 80% tem renda média inferior a 1 salário mínimo. Convivem diretamente com problemas como tráfico de drogas, prostituição. É registrado pouca ou nenhuma organização enquanto moradores, uma das causas é grande fluxo dos moradores e quando necessitado são ajudados por comunidades ou associações de moradores próximos. Tem baixa escolaridade e a grande maioria não tem documentação: carteira de identidade e cadastro de pessoa física - CPF. Ver arquivo do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza.

Fortaleza possui hoje em torno de 2 milhões e 100 habitantes. Segundo dados do Banco Mundial, 49% da população na capital sobrevive com menos de R\$ 65,00 por mês. Geralmente, são moradores da periferia da cidade, oriundos das regiões sertaneja, litorânea e serrana do Estado do Ceará, algumas delas geograficamente situadas na fronteira com os estados de Pernambuco, Piauí, Paraíba e do Rio Grande do Norte e que, embalados pelo sonho de melhoria de vida, migram para a capital. São os estados: de Manaus, de São Paulo e Brasília dentre outros

É nessa cidade, partida de luxo e miséria, que o indivíduo se torna simples antagonista, reprimindo seus desejos, ou protagonista, enfrentando todos os monstros representados pelo medo. Também é nesse cenário que surgem possibilidades de recriar e reinventar a cidade, deixar fluir os sonhos e desejos, ou, talvez, esses dois sentimentos, como sugere Calvino (1999, p.44) :“as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos”. O mesmo autor continua:

É uma cidade igual aos sonhos: tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.
(CALVINO, 1999, p. 44).

Dentro dessa perspectiva, De Certeau (1994) analisa a “astúcia” do “homem ordinário”, em suas práticas na reinvenção do cotidiano. Ele resgata esse indivíduo como personagem central, o qual se apropria de idéias dominantes para adequar à sua realidade no sentido de viver e sobreviver neste cotidiano dado.

É, portanto, nesse cenário de sonhos e negações, que a socioeconomia solidária-SES- resgata essa possibilidade de o indivíduo inserir-se socialmente através de sua “astúcia”, realizando um “trabalho de formigas”, impulsionando o seu poder de criar e redirecionar caminhos. Esses agentes sociais recorrem a táticas para inserirem-se no jogo social. São mudanças, muitas vezes, silenciosas, não perceptíveis aos olhos da grande metrópole. São ações invisíveis que hoje se realizam desde a venda no boteco até a criação de uma banco popular como elemento propulsor na experiência de uma economia popular e solidária. Como sugere Gaiguer (2001, p. 20): Elas [ações solidárias] constituíram não uma frente pré-política, mas uma ação de fronteira, geradora de embriões de novas formas de produção e estimuladora de alternativas de vida econômica e social.

De Certeau (1994) nos lembra que o usuário de um produto denominado de dominado não pressupõe uma passividade na recepção e uso desse produto. Assim, é possível visualizar, nas lideranças do Conjunto Palmeiras, um espírito de luta e de determinação no sentido de projetar um outro futuro. O Banco Palmas desponta como empreendimento que contraria às regras convencionais da ordem dominante, em meio à situação de pobreza e miséria, construindo um novo caminho, o qual tem desencadeado mudanças no plano objetivo e subjetivo⁸, de modo a fazer florescer um novo cidadão capaz de incorporar-se a vários projetos. Estes potencializam mudanças, instituindo produtores, empreendimentos e consumidores.

Esses empreendimentos congregam aspectos que os diferenciam das relações do mundo capitalista, como, por exemplo, as exigências para que os moradores se tornem clientes do banco, que são completamente distintas dos bancos convencionais, pois não são exigidos fiadores no caso de empréstimos, e, o cartão de crédito tem uma circulação local, ou seja, as compras só podem ser feitas dentro do próprio Conjunto. A esse aspecto, De Certeau (1994) afirma que a ação:

[...] é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas na maneira de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante.

(DE CERTEAU, 1994, p. 39).

As conjunturas se sucedem e a postura ousada vai impulsionando a adoção de novas escolhas e novas táticas tendo como eixo aglutinador os movimentos sociais, representados, no caso, pela Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira - ASMOCONP. Quais são as armas de que se utilizaram diante do deslize do inimigo? De Certeau (1994, p.47) irá afirmar que a tática: “depende do tempo, vigiando para ‘captar no vôo’ possibilidades de ganho”. Nesse aspecto, apropriam-se de símbolos fortemente identificados como signos de inclusão – cartão de crédito, banco e moeda – sendo que o seu uso é redirecionado numa perspectiva solidária. Essa foi a tática utilizada pela Associação de Moradores, unir-se em torno de algo concreto, substancial, contrapondo-se ao sistema

⁸ A Associação criou ainda a Incubadora Feminina. São mulheres viciadas em drogas, prostitutas, ex-presidiárias. São a exclusão da exclusão da cidade partida. Estas mulheres, geralmente, em grupo de 20, durante, aproximadamente, seis meses, tem acompanhamento psicológico, nutricional, além de cursos de “cidadania”, numa perspectiva de reorientá-las em seus direitos e deveres. Agora, passam a fazer parte de um processo social onde seu crescimento está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento coletivo e local. O sujeito, segundo (Habermas apud Aragão, 1997), emerge nos processos sociais, numa tradição cultural específica. É importante lembrarmos que estas mulheres, saindo do período de incubação, têm o apoio financeiro do Banco Palmas, como financiador de possíveis empreendimentos solidários.

capitalista, que oprime e classifica as pessoas por classes sociais. Sobre esse aspecto, lembramos Razeto (1999, p. 2):

Do lugar mais fundo da miséria e da marginalidade, há o começo de um processo surpreendente: o lento descobrimento(...) que existe em cada um, mesmo empobrecido e excluído da sociedade, e com ele, a valorização das forças e das próprias capacidades para ser e para fazer, de trabalhar e de empreender.

Assim, a associação foi o “locus” de apropriação das reflexões, as quais foram desenhando uma nova forma de interagir no bairro. Com isso, emerge, a partir de experiências desenvolvidas em outros contextos, um novo modelo de SES, instituindo novas atitudes entre os moradores do Conjunto⁹. Recriam-se, localmente, práticas que vêm se tornando modelo de gestão solidária reconhecida no Brasil e em vários cantos do mundo, ocupando espaços na *mídia* local e nacional¹⁰. Tal gestão De Certeau (1994, p. 79) denominou de reinvenção do cotidiano, ou o *fazer com*: “Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracteriza a atividade, sutil, tenaz, resistente, de grupos que, por não terem um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Têm que fazer com.”

A estratégia da associação de instigar os moradores através da idéia de criação de um banco é, por demais, inovadora dentro dos movimentos populares. Imaginemos que construção simbólica se constitui no imaginário de um favelado que passa a possuir uma “conta” no banco? Algo até então absolutamente distante de sua realidade de excluído socioeconomicamente.

O objetivo dessa experiência econômica solidária é criar mecanismos dentro do Conjunto e, ao mesmo tempo, ir disseminando uma nova cultura política entre os moradores, no sentido de possibilitar a produção e consumo locais, a partir de teias solidárias, pois, como sugere De Certeau (1994), é uma maneira de pensar invertida, em relação à de agir. O Banco Palmas é o nascedouro dessa experiência e busca, assim, novas jogadas no cenário dominante capitalista, diante das regras impostas pelo jogo instituído. Da economia “individualizante” e competitiva, surge uma economia coletiva, e se recriam novas relações no cotidiano da cidade de morada, na cidade ideal:

⁹ Cf. GAIGUER, 2000

¹⁰ O conjunto Palmeiras tem estado presente nos jornais lidos e falados no Ceará. Além da revista Isto é, Programa do Jô – veiculado na Rede Globo de televisão, debates na TV; Existem vários livros com artigos publicados e, assessoria do Banco Palmas em países como o Chile.

[...] em todas as épocas, alguém vendo Fedora, tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo, uma miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro. [...] os habitantes escolhem a cidade que correspondem aos seus desejos, contemplam-na imaginando-se refletidos.
(CALVINO, 2000, p. 32).

Construir uma cidade, a partir do desejo, tem sido o desafio de muitos indivíduos segregados nas grandes metrópoles brasileiras. Por isso, tentam inserir no espaço de moradia, símbolos que representem formas de sentir-se parte desta cidade possível, somente no campo da contemplação e dos sonhos. Recriar mecanismos de inserção é um desafio constante. Assim, a cidade, afirma Barreira (1992, p. 35), pode ser considerada cenário criado e recriado por práticas sociais portadoras de disciplinas ou cenas de rebeldia onde distintos sujeitos sociais elaboram o painel da vida cotidiana. Dentro dessa perspectiva, analiso a ousadia e rebeldia que pautaram e pautam as práticas do movimento popular, em especial, o Conjunto Palmeira.

1.2 Conjunto Palmeira: Os Primeiros Registros de Lutas pela Cidadania

Diversos olhares têm revelado as múltiplas faces da história de luta dos movimentos populares urbanos na cidade de Fortaleza, em especial, a luta pela conquista da moradia. Segundo Elza Braga (1995), os primeiros registros são da década de 50, na reivindicação pela posse da terra, a qual gerou um confronto direto entre setores populares e proprietários. Nesse período, formaram-se as favelas Verdes Mares, Lagamar, Poço da Draga e Pirambu.¹¹ A autora destaca, nesse registro, a importância do Pirambu pelo seu poder de organização, a qual desencadeou entre os anos 1960 a 1962 a regularização jurídica da posse da terra, realizada sob a pressão e mobilização dos moradores. Essa especificidade do Pirambu é de fundamental importância para as lutas seguintes, no tocante à questão da moradia. É importante ressaltar a importância do Partido Comunista do Brasileiro - PCB e da Igreja Católica, esta última tem, ao longo de sua história, uma participação fundamental nas

¹¹ Inicialmente, estes aglomerados se localizam próximo ao centro da cidade e/ou em zonas de trabalho. Atualmente, o incremento na taxa de ocupação das áreas centrais e sua crescente valorização têm levado o poder público e os proprietários de terra a exercerem uma maior vigilância nessas áreas. Assim, a partir da década de 80, a formação de novas favelas e recentes ocupações ocorrem, na maior parte, em áreas periféricas que têm nível de valorização relativamente baixo (BRAGA, 1992, p. 128).

organizações populares e, nos anos de maior repressão da ditadura militar, foi, praticamente, a única força atuante desses setores.

A luta e as ocupações de terra, no contexto urbano, representam a necessidade objetiva de um lugar para morar. As estratégias utilizadas e a postura dos atores sociais envolvidos determinarão a importância política e social desencadeadas pelo ato e suas implicações no que concerne seu desdobramento dentro e fora da ocupação, conforme depoimento a seguir:

[...] Acho que aprendi muito nessa luta. Foi uma escola, porque antes não podia ver um camburão da polícia. Hoje, não. Aprendi a ajudar a lutar; ando noutras favelas. A gente aprendeu a ir ao palácio e lutar pelo lar da gente. A gente não tem que sair daqui porque o Ceará tem gente que produz e é aqui que nós temos que comer. A luta serviu para o Brasil inteiro, porque o favelado sendo expulso sabe prá onde se dirigir.

(Moradora apud BARREIRA, 1992, p. 82).

Os aprendizados na luta pelos direitos se sucedem, merecendo destaque também a luta pela terra na José Bastos (1978-1979), que teve repercussões no movimento popular da cidade de Fortaleza¹²

[...] Foi a partir da favela José Bastos que começou a construção do movimento de bairro em Fortaleza. Foi uma luta muito intensa que teve êxito e se converteu em um marco de referência. A partir daí, foi organizado o movimento em torno da questão da reforma urbana, quer dizer, a luta pela terra.

(Representante do PRC apud BRAGA, 1992, p. 143).

As ocupações ocorrem sob diferentes aspectos e suas causas são as mais distintas. Uma delas é devido ao êxodo rural, prática comum no período da estiagem no interior do Estado do Ceará. Segundo o PLANEFOR, 60,58% dos moradores de Fortaleza migraram de outros municípios do Estado do Ceará, e somente 10% nasceram na capital. Nos últimos 11 a 15 anos, chegaram à capital ou à Região Metropolitana de Fortaleza cerca de 11,68% dos seus moradores e, nos últimos 5 anos, aproximadamente, 29,57%. As causas, segundo ainda a pesquisa, variam desde a seca, doenças ou ainda a procura de trabalho.

Essa realidade da migração se expressa também no Conjunto Palmeira. Durante a pesquisa realizada no referido Conjunto, conheci o Senhor Augusto, um destes milhares de

¹² Muitos dos habitantes consideram que a luta da favela José Bastos representou uma derrota, dado que os mesmos foram desalojados e transferidos para o Conjunto São Miguel, localizado na periferia da cidade de [Fortaleza] (BRAGA, 1992, p.132).

emigrantes da seca, da fome e da concentração de terras nas mãos de poucos e grandes proprietários. Ele é um dos mais antigos moradores do referido Conjunto e, em seu depoimento, diz:

Eu sou de Chorozinho, depois de Pacajus. Moramos em vários terrenos, papai era muito pobre e nós morávamos em terrenos dos outros, às vezes de madrugada a gente tava procurando um terreno prá gente morar. A nossa casa no interior era um cajueiro. Um dia, às seis horas da tarde, papai estava na roça e o cajueiro pegou fogo, que era nossa casa. E aí papai veio correndo, pegou nossas redes e saímos: E nós acampamos em outra fazenda no interior e com o tempo a gente veio pra Fortaleza. Cheguei aqui em 76, já estava com dois anos que o Palmeira estava sendo habitado.

O depoimento do Senhor Augusto retrata o contexto do êxodo rural e, simultaneamente, a luta pela moradia de tantos indivíduos que moravam nas favelas em Fortaleza e tantos outros que chegavam do interior. Além da luta individual do Senhor Augusto, a década de 70 – a qual vai até meados da década de 80, com o advento da nova República - registra momentos de lutas e resistências coletivas, resgatam-se os sonhos amordaçados pelo regime militar, nasce o movimento pela anistia, há greves em boa parte do Brasil.

Um outro movimento forte foi das associações de moradores, como registra Braga (1995, p. 139): No final da década de 70, o movimento de bairros na cidade de Fortaleza conquistou, pouco a pouco, um papel destacado no seio do movimento popular. É nessa conjuntura de fortalecimento das lutas nos bairros que, no início dessa década, chegaram os primeiros habitantes do Conjunto Palmeira. Estes moradores foram remanejados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, que, naquele momento, decidiu retirar os pobres das áreas centrais da cidade e usar algumas das áreas para urbanizar, abrindo novas avenidas e acessos entre vários bairros. Aqui, vale registrarmos as péssimas condições de vida desses primeiros moradores:

O Palmeira começou em 73 com a desapropriação da terra, com o governo Virgílio Távora e, em 74 começou a vir pessoas do lagamar, da Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Houve uma enchente muito grande, o lagamar encheu e os moradores foram para o estádio presidente Vargas e, depois viemos pra cá. Quando chegamos aqui no Palmeira, esta casa só tinha um compartimento não tinha água, não tinha nada, só tinha mato. O Palmeira era uma fazenda, passava um rio grande aqui, era de um homem, tinha gado e muitos animais. Com a nossa chegada, foi construído o primeiro colégio chamado Marieta Calls; uns aprendiam o A com a professora e o U com os bois, pela janela. Na época cada um recebeu um pedaço de terra.
(Senhor Augusto, morador do Conjunto Palmeira).

É importante ressaltarmos o papel da Igreja Católica nessa fase do movimento popular, enquanto animadora do processo organizativo. Segundo o Senhor Augusto, foi fundamental a ajuda dessa instituição no bairro, contribuindo também como alternativa ao papel desenvolvido pelas assistentes sociais, em razão do processo de ruptura desencadeado, conforme depoimento:

De vez em quando, vinha uma assistente social aqui e que eu chamava ela de insistente social, de vez em quando, ela mandava nosso nome para o SNI –Serviço Nacional de Informações, e nós começamos nos reunir com o nome religioso, e as assistentes sociais se reuniam com a gente e chegava a um certo tempo que elas diziam que as coisas são assim mesmo e isso foi irritando a gente, e aí decidimos rachar com as assistentes sociais. Quando rompemos, passamos a nos organizar através das Comunidades Eclesiais de Base- CEBs, e começamos se articular através da igreja. Não tinha igreja no Palmeira, começamos a celebrar debaixo das mangueiras, nas casas. Até que em 78 as coisas começaram a se organizar. Através da igreja, criamos um grupo de jovens, nesta época tinha mais ou menos uns três mil habitantes.

(Senhor Augusto, morador do Conjunto Palmeira).

Estas organizações populares eram animadas por grupos de jovens, CEBs – e tantos outros canais de aglutinação, atuando nos mais diversos campos populares: ativistas sindicais e operários, militantes de organização de esquerda, moradores de bairros populares (BRAGA, p. 1995). A participação da Igreja foi fundamental no sentido de reorientar na definição do papel do movimento em relação ao Estado, buscando avançar no processo de redemocratização. A presença da Igreja como articuladora e animadora também foi importante no Palmeira como relata esse morador:

Basicamente a história do Palmeira é concomitante com a presença dos padres Eduardo e Jacó [moram na comunidade até hoje]. Então isso vai criar uma influência muito grande das CEBS no processo de organização. O impacto vai ser um pouco maior por que a sua origem, a origem física do bairro, quando chegaram os moradores, as casas começaram a ser construídas, a Igreja era e era somente a Igreja que agia aqui dentro. Então vai influenciar muito a formação dos primeiros grupos mais independentes, no grupo de jovens, no grupo de creche, a presença foi constante.

(Joaquim Segundo apud BARBOSA, p. 102).

Chega-se aos anos 80 com uma longa agenda a ser cumprida: redemocratização do país, eleições diretas para presidente. Evidencia-se o surgimento de partidos políticos, como o partido dos Trabalhadores – PT, e o ressurgimento de outros que saíam da clandestinidade como, por exemplo, o Partido Comunista do Brasil - PC do B. Nesse momento, no avanço

das liberdades democráticas, são criadas centrais sindicais, e ecoa, em todo país, a luta pelas eleições diretas para presidente da república. Um dos resultados dessas manifestações populares se expressou na elaboração da constituição brasileira, através da Assembléia Nacional Constituinte, tornando-se um marco, face às conquistas democráticas asseguradas.

As décadas de 70 e 80 foram marcadas por inúmeras mobilizações, cujo eixo central era o direito à moradia, observado nas ocupações em áreas urbanas, nos mutirões habitacionais, nos movimentos de favelados, dentre outros. O movimento de bairro passou a se constituir como um cenário fundamental, representando a possibilidade de algarutar experiências associativas capazes de tecer fios de solidariedade dispersos pela imposição do autoritarismo: espaço de resistência e sociabilidade (BARREIRA, 1992, p. 23).

No conjunto Palmeira, ao lado das lutas pela melhoria de habitação, somava-se a reivindicação por transporte, conforme depoimento a seguir:

“Prá gente conseguir o transporte precisamos quebrar três ônibus, eu o Joaquim a Marinete e a Toinha e outros companheiros ficamos de 4 da manha até meia noite, contando quantas viagens o ônibus dava até o centro. O dono do ônibus dizia que nós tínhamos 16 ônibus e nós dizíamos que só tinha 8 e nós comprovamos. Criamos um projeto também que hoje funciona a nível de Fortaleza que é o EXPRESSO”.
(Morador do Conjunto).

Durante toda a década de 80, registram-se grandes lutas no bairro. Em 1981, foi criada a Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira - ASMOCONP. Nessa década, os moradores seguiram em passeata até a sede do governo estadual, reivindicando água potável:

Depois da luta pelos transportes, começou a luta pela água [ano de 84]. Neste movimento, juntamos quase 600 pessoas, lá tinha todas as categorias envolvidas na luta. Demos um prazo de 30 dias ao governo. O governo não atendeu e voltamos lá, fomos de carroça, a pé ao CAMBEBÁ. Nesta época, o movimento popular estava com toda força. Aí ameaçamos ao governo de quebrar os canos que abastecia água para Fortaleza, neste momento, até as mulheres grávidas estavam dispostas a entrar na luta.

(Morador do Conjunto Palmeira)

O Palmeira, aos poucos, transformava-se num bairro habitável, embora mantendo apenas as condições mínimas de vida e moradia. A história de cada conquista se confunde com a vida narrada pelos moradores havendo, portanto, uma estreita relação entre a luta individual e a coletiva.

Essa estreita relação indivíduo – coletivo é sentida no trecho do depoimento já citado anteriormente de um morador “de vez em quando elas [assistentes sociais] mandavam nosso nome para o SNI – serviço nacional de informações”. E continua “e aí decidimos rachar com as assistentes sociais e lutar com outras ajudas, faltava muita coisa, e a luta continuava”.

O Conjunto Palmeira vai, dentro destas novas descobertas, aos poucos, constituindo-se num espaço mais adequado à “moradia”¹³, embora com uma forte semelhança à tantos outros pobres espalhados nas cidades brasileiras. Diferenciava-se por algumas avenidas e ruas largas de acesso principal ao bairro e de maior circulação: dos 28,6 km² do sistema viário, apenas 26% são de terra; 19% possuem asfalto, enquanto 55% encontram-se pavimentados com pedra tosca. Alguns moradores preferem chamar o trecho asfaltado de “Aldeota”¹⁴ do Conjunto Palmeira.

Na década de 90, observamos várias posturas em relação aos movimentos sociais no Brasil. Alguns assinalam um forte desencantamento. Na realidade, consideramos que se trata de um novo momento, vivido pelos movimentos sociais, quando há uma redefinição na pauta das reivindicações assistidas nas duas últimas décadas passadas. Esse novo momento é conflituoso, gerador de crises, mas também gerador de outros paradigmas organizativos.

Essas crises se evidenciam, lembra-nos Gohn (2000), na militância, na mobilização, na participação cotidiana, em atividades organizadas, reflexos também de uma crise exterior como, por exemplo, a queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética, gerando uma crise também nos sonhos e nas utopias, dentro de uma conjuntura em que o confronto ao regime militar e a construção da democracia protagonizavam grandes manifestações e convergências de diferentes forças sociais. Nesse momento, a luta dos moradores de bairros populares teve maior visibilidade externa, através de grandes mobilizações de rua.

O movimento de bairro, leia-se as associações de moradores, não ficam imunes à esta crise vivenciada. Tal crise que tinha dimensões políticas e econômicas, expressava-se pela ausência dos sócios, pela falta de dinheiro para efetuar o pagamento de contas como água e luz. Essa situação de crise, por sua vez, apontava para um novo momento organizativo,

¹³ Em 1991, foi realizado o seminário Habitando o Inabitável, que objetivava unir todas as organizações sociais do Conjunto. Então foi criada a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira-UAGOCOMP e também um plano estratégico de urbanização do Conjunto num prazo de 10 anos. Tal seminário tornou-se um marco na história do bairro por congregar as mais diferentes organizações existentes no Conjunto Palmeira.

¹⁴ Aldeota é um bairro da zona leste de Fortaleza, onde predominam moradores da classe média e alta e, dispõe de uma variedade de serviços de lojas, supermercados, *shoppings* e colégios. É um centro elitizado.

conforme podemos visualizar no depoimento de Joaquim Neto, coordenador do Banco Palmas:

[Em] janeiro de 98 a associação do Conjunto Palmeira estava praticamente de portas fechadas como quase todas as associações, não estou caricaturando. [...]então nós estávamos naquela mesma situação que estavam as associações: projetos, experiências grandes mas, [...] tínhamos dificuldades de pagar conta de água, luz, era mesma que qualquer associação.

Por outro lado, surgem novos grupos sociais, os quais se apresentam por seu caráter pautado nos direitos específicos a uma categoria, são os homossexuais, as mulheres, os negros, as prostitutas, os índios, dentre outros, diferentemente dos existentes na década de 80, e imprimem ao movimento social suas especificidades, criando uma nova pauta e novas necessidades a serem respondidas pela organização social. Nessa conjuntura, a discussão do “direito a ter direito” adquire uma centralidade:

[...] conformando os termos de uma experiência inédita na história brasileira, em que a cidadania é buscada como luta e conquista e a reivindicação de direitos interpela a sociedade enquanto exigência de uma negociação possível, aberta ao reconhecimento dos interesses e das razões que dão plausibilidade às aspirações por um trabalho mais digno, por uma vida mais decente, por uma sociedade mais justa.
(TELES, 2000, p. 105)

Entres eles, ressurgem o MST- Movimento dos Sem Terra, o qual se torna o grande referencial dos demais movimentos. Ele vai às ruas, denuncia e aglutina em torno de si uma demanda que transcende a luta pelo acesso à terra, resgatando o desejo de mudança, a reconquista de direitos e a dignidade de uma grande parcela da sociedade há muito tempo excluída. Há, em todo o País, inclusive no exterior, manifestações de apoio aos sem-terra, movimento que até então restringia-se à luta no campo. Arrisco-me a chamá-lo de movimento vivo da década de 80.

Também nos anos 90, surge uma rede de solidariedade¹⁵: o movimento Contra a Fome e a Miséria e Pela a Vida, também conhecida como a campanha contra a fome e a miséria, liderada pelo sociólogo Herbert de Sousa - Betinho (*in memoriam*), inicialmente,

¹⁵ Penso que este movimento será crucial para o surgimento de um novo perfil dos movimentos sociais aos quais me refiro neste projeto. Os movimentos iniciam uma leitura das micro-necessidades dos indivíduos. Seu objetivo é recriar novos mecanismos de lutas e sobrevivência, pautados numa micropolítica endereçada à macro.

sensibilizando a sociedade civil, intelectuais, profissionais liberais, donas de casa, estudantes etc., para sua parcela de compromisso e responsabilidade social num esforço de reconquista/reconstrução da cidadania destes excluídos que chegavam ao limite de sobrevivência e sobrevivência. Oliveira (1998, p.16) lembra que:

A Betinho não afetava diretamente a fome que submete a maior parte dos oprimidos no Brasil e, especialmente os que vivem em níveis sub-humanos - o que é quase uma redundância, posto que todos os dominados vivem em condições sub-humanas. Mas o afetava enquanto cidadão brasileiro e enquanto cidadão do mundo.

Em agosto de 1993, a campanha liderada por Betinho contava com 200 comitês espalhados em todo País. Em outubro do mesmo ano, esse número subiu para 3 mil. Esse movimento teve sua importância em vários aspectos: por abrir um debate nacional acerca da desnaturalização da fome, aglutinar diferentes atores sociais e de classes sociais e discutir a solidariedade enquanto espaço das políticas públicas, ou seja, a escassez de alternativas para pobres e miseráveis. Nesse sentido, Gohn (1996, p. 34) ressalta:

A questão da geração de emprego foi uma bandeira acionada em novembro de 1993, durante reunião de Betinho com vários secretários de pasta do Trabalho para discutir o problema do desemprego no País (...) A opção pela questão do emprego foi estratégica. Ela visava, dum lado, a responder às críticas ao assistencialismo associado à distribuição de cestas e, de outro, dar um sentimento novo à mobilização.

É importante ressaltarmos que a ação da cidadania colocou na agenda política do País a questão da solidariedade como elemento fundamental, o qual aglutinou amplos setores sociais, muitos deles até então desorganizados (BRAGA, p. 1996).

É sob esta importante alternativa, pautada no signo da solidariedade, que o Conjunto Palmeira redefine sua estratégia de lutas e constrói novas táticas para seduzir os sócios da ASMOCONP, através da criação de um banco popular – o Banco Palmas. É sobre esse ponto que trataremos a seguir.

CAPÍTULO II

HISTÓRIAS DE VIDAS E LUTAS: O COTIDIANO TECENDO RELAÇÕES SOCIAIS

Quantos somos, não sei...Somos um, talvez dois; três, talvez
quatro; talvez nada
Talvez a multiplicação de cinco em cinco mil e cujos restos
encheriam doze Terras (...).

E que somos belos como deuses mas somos trágicos.
Viemos de longe... Quem sabe no sono de Deus tenhamos
aparecido como espectros

Da boca ardente dos vulcões ou da órbita cega dos lagos
desaparecidos
Quem sabe tenhamos germinado misteriosamente do solo
cauterizado das batalhas (...)

Nascemos da fonte e dentro das eras vagamos como semente
invisíveis o coração dos mundos e dos homens
Deixando atrás de nós o espaço como memória latente da
nossa vida anterior.

Vinícius de Moraes

No capítulo anterior, foi abordado o papel desempenhado pela cidade como espaço de criação e recriação, assim, as pessoas são construções coletivas e individuais, refletidas no processo de conquista nesta cidade ou partes desta cidade, como garantia de moradia.

Este capítulo versará sobre a criação do Banco Palmas e suas implicações na vida de atores sociais envolvidos neste novo momento de luta e desafios no Conjunto Palmeira, o qual vem imprimindo na história do movimento popular uma outra face, centrada na cidadania e nos direitos, respaldada e alicerçada no acervo de experiências registradas pelo próprio Conjunto.

A sociedade moderna instituiu novos parâmetros de cidadania quando ampliou direitos e deveres, independente de sexo, religião ou outras condições pré estabelecidas. Com seu advento, quebraram-se hierarquias estáticas, possibilitando uma mobilidade social “em constante processo de redefinição” (NASCIMENTO, 1998, p. 5). Por isso, os lugares sociais não são mais, necessariamente, fixos, mas móveis. Essa mobilidade é caracterizada, segundo autor, como “tímida”.

Ao mesmo tempo e, talvez, por isso, evidenciam-se as desigualdades sociais e econômicas existentes. Desse modo, a sociedade moderna se desenvolve com várias tensões em seu interior: de um lado, cria um espaço político de igualdade que é contraditório com o espaço econômico desigual. Segundo Nascimento (1994), o acesso aos bens materiais e simbólicos é sempre desigual, enquanto no espaço público, onde se exerce a política, todos são considerados iguais, como, por exemplo, o valor do voto computado; independente do eleitor ser doutor ou analfabeto este voto terá o mesmo valor.

Essas conquistas importantes, no tocante à cidadania, são resultados de longas décadas de lutas e de resistência, de um ator protagonizador de mudanças na história: os movimentos sociais. O modelo de cidadania exercida no Brasil e no mundo em menor ou maior escala resultam de confrontos entre os atores sociais que, organizados em grupos (sindicatos, associações etc.) e com identidade própria, agem para mudar o espaço social em que vivem.

É necessário ressaltarmos que o resultado das lutas dos trabalhadores nessas últimas décadas tiveram resultados significativos, os quais permitiram o avanço e estenderam a cidadania a setores marginalizados. Foram ainda provocadores no redesenho de políticas públicas que possibilitaram a inserção no mundo do trabalho de setores antes excluídos.

Sobre esse aspecto, afirma Nascimento (1998, p. 17):

O caso do Brasil, todos os movimentos sociais, em suas distintas expressões – lutas operárias, lutas dos trabalhadores rurais, lutas dos moradores de bairro de periferia, lutas das mulheres – tiveram como ponto comum o fato de que impulsionavam a integração social, ampliando os direitos dos cidadãos e ampliando o conjunto dos cidadãos sob o mundo dos direitos.

Assim, os movimentos sociais em seus mais diferentes campos de atuação, imprimiram ao Estado relações, onde se avançaram e ampliaram direitos, configurando o que Nascimento (1998) chamou de “expansão sucessiva de cidadania” e a conseqüente ampliação do espaço público.

Por outro lado, a cultura política dominante no espaço governamental, que fundamenta às políticas públicas, não avançou tanto quanto os movimentos sociais. Essa questão, associada ao processo de globalização, gerou, nos últimos anos, uma maior concentração de renda e, conseqüentemente, uma maior desigualdade social. Cresceu a exclusão, segmentando hoje aqueles que, apesar de pobres, comem todos os dias e moram

em barracos ou casas de taipa e aqueles que comem duas vezes ou três na semana e moram em áreas consideradas de risco, como já vimos no capítulo anterior.

Dessa forma, o movimento popular redirecionou sua atuação numa outra trajetória. Os direitos adquiridos em lutas passadas começaram, de certa forma, a ser restritos, conformando, dentre os pobres, aqueles considerados “privilegiados”. Viver, por exemplo, numa favela urbanizada tornou-se caro para a população miserável que passou a pagar contas de energia elétrica e de água. Por outro lado, um amplo setor constituído de miseráveis não tem acesso às condições mínimas de uma vida digna.

Falar de cidadania, para esta parcela da população pobre e miserável, vai para além das ações desencadeadas pelo estado. Nesse sentido, o movimento popular encarna uma nova postura. Ele cria e instiga novos desenhos de políticas públicas. Ele é o sujeito que elabora, constrói e direciona as lutas, conquistando localmente. Impondo, assim, novos parâmetros de negociação com o estado.

2.1 Na Cidade da Escassez, o Consumo Cidadão

O Conjunto Palmeira é uma favela urbanizada da periferia de Fortaleza, pertencente ao bairro do Jangurussu. Conta com 5 mil famílias e uma população de, aproximadamente, 30 mil pessoas, sendo que, cerca de 80% têm renda familiar abaixo de dois salários mínimos¹⁶. A maioria da população trabalha em biscates e outros são desempregados. Observando por este ângulo torna-se desestimulante pensarmos em ações que amenizem essa situação de miséria dos moradores. Entretanto, como vimos anteriormente, essa realidade que se reflete em quase toda a cidade de Fortaleza é também bastante comum em outras cidades brasileiras. Então, como pensar estratégias que envolvam pessoas “desnecessárias” nos lugares “indesejados” da cidade?

A Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira - ASMOCNP - numa tentativa de aglutinar e instigar excluídos e desempregados, criou um banco dirigido pelos moradores da própria favela. Essa iniciativa expressa uma ousadia inerente aos movimentos sociais, como afirma Barreira (1992, p. 157):

¹⁶ RELATÓRIO DE ATIVIDADES II, 1999-2000.

A gênese dos movimentos urbanos implica a elaboração e reelaboração de conteúdos criados ou assimilados no plano concreto das experiências. Por esse motivo, a criação de um conteúdo político independente, um espaço político diferente ou alternativo às instâncias de poder do Estado supõe a interação de diferentes conteúdos que se atualizam e se modificam em face da emergência dos conflitos tomados em sua dimensão. (BARREIRA, 1992, p. 157).

Foi nessa perspectiva que o Banco Palmas foi sendo pensado e construído. Entretanto, foi percebido que paralelamente à criação do banco, era necessário instituir outros instrumentos que fossem capazes de articular-se à economia popular local. O Banco passou a atuar como mediador entre o cartão de crédito - o PalmaCard - e o morador do bairro, para fecundar no bairro a idéia sugerida pelos animadores da ASMOCOMP de prossumidores¹⁷: “produzir e consumir localmente; cada produtor é consumidor e cada consumidor é em potencial produtor”. Esta constatação levou o banco a fazer um Mapeamento da Produção e do Consumo local, um trabalho realizado em parceria com o SEBRAE-Ce. Nessa pesquisa, foi identificado o seguinte quadro: “mensalmente é gasto pelas famílias do bairro o montante de R\$ 1.540.251,88 (um milhão quinhentos e quarenta mil, duzentos e cinquenta e um reais e oitenta e oito centavos)”. Isso equívale, segundo ainda a pesquisa, a dizermos que 440 mil dólares – cotação da época - são gastos, sendo que, grande parte dos produtos são adquiridos fora do Conjunto.

Do valor revelado na pesquisa, algo em torno de R\$ 1.015.000,00 (um milhão e quinze mil reais) é gasto com alimentação. Talvez, por isso, constatamos nos depoimentos sobre o uso do PalmaCard que, cerca de 80% a 90% das compras realizadas com o cartão sejam para adquirir alimentos.

Esse consumo no bairro tem se revelado caro, segundo o resultado da pesquisa Mapa da Fome na Região Metropolitana de Fortaleza. Nela, foi constatado que 70,92% dos entrevistados compram alimentos em mercearias do bairro ou favela onde moram, cujos preços são mais elevados do que os oferecidos nos grandes supermercados, demonstrando, portanto, que a questão central não é somente o consumo no bairro, mas a relação de confiança e solidariedade do comerciante no ato da venda.

Nesse sentido, o banco tinha outra tarefa: instigar o consumo solidário no bairro, onde o pequeno comerciante não tivesse perdas e o consumidor não fosse explorado. Esse objetivo

¹⁷ Esse termo foi criado pelos integrantes da Rede Brasileira da Socioeconomia Solidária e vem sendo amplamente utilizado no Conjunto.

vem sendo alcançado, segundo depoimento de uma comerciante local e cliente do Banco Palmas:

O cartão é muito bom, veja bem: uma pessoa aposentada, de idade, não pode ter acesso a um cartão de crédito – rede shopping, credicard - devido a renda que é muito pouca, então ela se associa a associação, tira o cartão; é uma maneira boa porque ela tem uma fonte para comprar o medicamento, comprar outras coisas. Se não tivesse o cartão, talvez ficasse até sem o medicamento. Ele não teria como comprar. Este cartão foi bom para a comunidade, veio mesmo para ser útil. (Moradora e Comerciante local).

É importante destacarmos que somente o ato de consumir não faz do consumidor do cartão *PalmaCard* um indivíduo conectado com o objetivo do Banco Palmas. No entanto, são formas que possibilitam ensaios de cidadania, às vezes, não conscientes por tais consumidores.

Então, quais os caminhos pedagógicos utilizados pelo Banco? Como, em meio a tanta miséria, construir hábitos do consumo local? Essa questão é percebida como eixo central e torna-se o divisor de águas em relação ao ato de consumir. Mas, o que é consumir?

Segundo Nestor Canclini (1995, p. 51), “na linguagem corriqueira, consumir costuma ser associado a gastos inúteis e compulsões irracionais”. Essa máxima em relação ao consumo é verificada também nos grupos sociais pobres. Quando visitei casas de absoluta miséria no Palmeira, constatei a presença de televisores e rádios, apesar de muitos destes moradores afirmarem ser pedintes nos sinais e/ou catadores de lixo.

Nessa perspectiva, o consumo de produtos “superfúlos” é consequência de um contexto social global que os motiva a adquirir certos bens. Embora economicamente o indivíduo esteja excluído deste mercado consumidor, utiliza estratégias de consumir bens que o faça incluir-se, embora esta inserção seja às avessas. Isso ocorre, geralmente, pela apropriação de sucatas frente à tecnologia: são televisores, rádios, geladeiras dentre outros. A partir do uso desses bens, eles se infiltram no mercado globalizado. Se sentido parte, ter acesso a estes símbolos, tem um significado particular inclusive em relação à estética protagonizada que é propagada.

Euclides Mance (2002) chama esse consumo de alienante, segundo ele, as pessoas buscam nas mercadorias qualidades que lhes são vinculadas pela publicidade e modismos. No estudo em pauta, poderíamos afirmar que o indivíduo, embora aparentemente excluído de alguns bens, passa a sentir-se parte, ou seja, através das sobras, imita os moradores da “cidade

desejada”. A imagem captada, segundo Calvino (1995), vem invertida, por mais semelhante que aparenta ser, ela destoa, imprimindo o reflexo da segregação social de Fortaleza. Nesse sentido: “As duas cidades gêmeas não são iguais, porque nada do que acontece em Valdrada é simétrico: para cada face ou gesto, há uma face ou gesto correspondente invertido ponto a ponto no espelho.” (CALVINO, 1995, p. 54).

O consumo seria para esses indivíduos um *‘acessório’*, pertencente a um ritual de uma cidade, a um padrão determinado. Sobre essa questão, Abramo (1994 apud Diógenes, 1998, p. 45) afirma: “O padrão veiculado pela mídia não impõe só um modelo estético e sinalizado de um *“status”* social almejado, mas também um modelo de cidadania- quem não o ostenta é imediatamente jogado para o campo dos desqualificados.

Por isso, recriar o consumo numa perspectiva de aprendizagem tem sido um dos pressupostos da socioeconomia solidária, por entender que o consumo representa a face cruel de exclusão social, onde o ator social é co-autor desta construção pedagógica.

A esse modelo, Mance (2002, p. 40) chama de consumo solidário, o qual é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda coletividade:

O consumo solidário é praticado com o objetivo de contribuir socialmente para o bem-viver de toda coletividade, uma vez que é no consumo que a produção se completa.(...) Assim, com nossas escolhas de consumo, ao invés de contribuirmos na manutenção da exploração dos trabalhadores, reproduzindo uma sociedade capitalista, injusta, nós colaboramos ...na construção de uma nova sociedade colaborativa e solidária.

Nessa mesma direção, Canclini (1995) nos lembra que, as mercadorias e o ato de consumir têm o objetivo de ordenar “politicamente cada sociedade”. Segundo o autor, esta ordenação varia conforme cada situação e desejo dos atores sociais que estão envolvidos no jogo social:

Da mesma maneira, o consumo é visto não como a mera posse individual de objetos isolados mas como a apropriação coletiva, em relações de solidariedade e distinção com outros, de bens que proporcionam satisfações biológicas e simbólicas, que servem para enviar e receber mensagens.
(CANCLINI, 1995, p. 66).

Difundir o consumo solidário como possibilidade de galgar a inclusão social tem sido um dos grandes objetivos e desafios do Banco Palmas. Vários são os instrumentos utilizados para isso, como a utilização do cartão, da loja solidária e da moeda social. Para

incentivar o consumo local, a Associação criou a feira dos produtores locais. Hoje existem 26 barracas, todas com a logomarca do Banco objetivando dialogar com o Conjunto modelos alternativos de comercialização. A feirinha tem também um objetivo que transcende a lógica da mera comercialização e simboliza uma outra prática possível de consumo, basta lembrarmos que ela tornou-se itinerante. Ela está presente em vários eventos promovidos pelo Banco, como palestras, cursos ou seminários. Paralelo a isto, existe também a venda através do correio eletrônico, criado e mantido pela Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária desde o ano 2000¹⁸, onde são divulgados os produtos da Palma Fashion, como camisetas, vestidos e acessórios. FAZER GANCHO COM AMOEDA

Na feira, há uma variação de produtos: confecção, artesanato, bolsas, sapatos, comidas, dentre outros. Ela tornou-se um “laboratório” de práticas solidárias, conforme este relato:

Na feirinha, uns levam roupa, outros levam comida de todo tipo. Então, entre aquelas pessoas naquela feirinha, acho que a solidariedade fica muito ali. Uma pessoa faz amizade com outra, aí, se duas têm uma banquinha de roupa prá vender, as duas já não brigam, porque fulano está comprando, ou porque uma vendeu mais e eu vendi menos. Ali, eu acho que elas começam a ver o lado de cada uma. Então a solidariedade está aí.
(Comerciante local).

Na feirinha, além da solidariedade percebida por Dona Joana, comerciante e moradora do bairro, existe um processo educativo do consumo cidadão. Uma maneira de consumir, onde o indivíduo realiza seu desejo de compra e cria entre eles uma cumplicidade enquanto moradores e consumidores. O ato de consumir gera um espaço de sociabilidade com perspectiva para refletir, como afirma o autor:

O consumo poderá ser um lugar de valor cognitivo, útil para pensar e agir significativa e renovadoramente na vida social. Vincular o consumo com a cidadania requer ensaiar um reposicionamento do mercado na sociedade, tentar a reconquista imaginativa dos espaços, do interesse pelo público.
(CANCLINI, 1995, p. 68).

O consumo, nessa perspectiva, torna-se um lugar por excelência na criação de novos valores que instiguem cada vez mais o indivíduo a interagir com outros indivíduos e se ver enquanto cidadão e, não somente como um mero receptor de bens. O ato de consumir

¹⁸ Correio eletrônico criado no ano de 2000, por ocasião no primeiro Encontro Brasileiro de Socioeconomia Solidária, realizado no Estado do Rio de Janeiro. Mais informações ver site: <http://www.redesolidaria.com.br>.

poderá ser “revolucionário” no sentido de novas práticas sociais no cotidiano de uma comunidade, bairro, ou favela. Segundo Mance (2002, p. 41):

O consumo solidário é a única condição requerida para fazer avançar ‘uma alternativa viável e concreta para os excluídos e marginalizados pelo movimento de globalização do capitalismo’ ...Em outras palavras, para que ocorra o consumo solidário é necessário que haja, pelo menos, produção ou comercialização solidária.

Nessa perspectiva, foram pensadas as compras coletivas, as quais congregam além do Palmeira, 18 organizações populares de vários bairros pobres, envolvendo também municípios da região metropolitana de Fortaleza. Os produtos variam são alimentos, material de limpeza e outros. Existe uma economia bastante significativa, segundo os organizadores, em razão de as compras serem efetuadas diretamente com os produtores.

Com essa preocupação, foram criados no Conjunto Palmeira os “grupos setoriais¹⁹”, objetivando agregar o maior número de produtores locais por área de interesse. A idéia foi juntar qualidade e redução de preços. Segundo o coordenador do Banco Palmas, os grupos setoriais são estimulados e financiados pelo Palmas, orientados e capacitados na lógica do associativismo, objetivando assegurar as condições necessárias para que os referidos grupos de empreendedores cresçam e se consolidem. Toda a produção dos grupos locais acompanhados pelo Banco recebe a logomarca do Palmas, como forma de identificação e também de *marketing*.

2.2 Anos 90: Novos Desafios, Novas Estratégias e a Criação de um Banco

A discussão do Banco Palmas nos remete a refletir inicialmente sobre algumas experiências desencadeadas em outros contextos sociais, numa perspectiva de desenhar trilhas inclusivas para os pobres e miseráveis. Os empréstimos são, portanto, um caminho para potencializar uma política de inclusão social, numa tentativa simultânea de ensaios de cidadania no bairro e na comunidade que estão vivenciando essas experiências.

A história do microcrédito data de 1976, em Bangladesh, um dos países mais pobres do mundo, quando se criou um banco - Grameen Bank (Banco da Aldeia). Essa iniciativa foi

¹⁹ Em dois anos, o Banco organizou 3 grupos de produção – na confecção, artesanato e material de limpeza. O grupo que mais cresceu foi o de material de limpeza que, atualmente, produz água sanitária, desinfetante, amaciante de roupa, cera líquida, dentre outros.

uma tentativa de criar uma política de inclusão social articulada por professores e estudantes da Universidade de Chittagong. A atuação do Grameen Bank, tornou-se, historicamente, uma das experiências mais louváveis e reconhecidas internacionalmente em relação ao microcrédito. Segundo Coelho (2003, p. 156): “A atuação Grameen Bank constitui-se na experiência internacional mais conhecida de crédito popular. A experiência do Grameen Bank inspirou o surgimento de instituições e programas similares na Ásia, na América Latina e África.”

É importante destacarmos que o Banco atuava, principalmente, com crédito direcionado às mulheres e trabalhava em toda área rural de Bangladesh, oferecendo créditos solidários a grupos de pessoas pobres. Esses empréstimos não ultrapassavam a US\$ 50 (cinquenta dólares).

Em 1978, também no mesmo país, foi criada a ASA- *Association for Social Advancement*, uma Organização não Governamental - ONG, que trabalhava com serviços de crédito destinados às comunidades pobres rurais. Seu público preferencial eram as mulheres sem-terra.

A idéia de experiências como essas, hoje espalhadas em várias partes do mundo, vem denotar a necessidade de criar alternativas inovadoras de inclusão econômica e social que, no caso específico do Banco Palmas, objeto deste estudo, observa-se que resgata e redefine algumas das experiências já desenvolvidas, agregando assim elementos da cultura associativa local.

2.3 Banco Palmas: Em Cada Símbolo a Recriação de Significados

O grande diferencial do Conjunto Palmeira, no contexto dos movimentos sociais, tem sido a apropriação de símbolos existentes na sociedade moderna, redirecionando-os para indivíduos que “a priori” não têm acesso ao consumo, devido à sua situação de pobreza e miséria²⁰. É nessa perspectiva que foi criado o Banco Palmas, o cartão de crédito, a moeda social, dentre outros.

²⁰ A maioria dos moradores do bairro, cerca de 30 mil habitantes, vive em situação de pobreza e/ou miséria; fazem parte de uma estatística nada entusiasmadora em nível de América Latina: Em 1990, na América Latina, 48,3% da população situava-se na faixa de pobreza e 22,5% na indigência²⁰. Esses números, em 2000, caem, respectivamente, para 42,1% e 17,8%. Em 2001, os números voltam a crescer negativamente, ou seja, 43% e 18,6%. (ONGs mostram como combater a fome - Jornal O Povo de 13 de dezembro de 2002).

O Banco Palmas foi criado em 1998, inaugurando, dentro dos movimentos populares, um novo perfil na luta das associações de moradores. A criação do Banco no âmbito da ASMOCONP, constitui-se num fato inédito na história das organizações populares, no contexto do Ceará e do Brasil.

No decorrer da pesquisa, percebi o orgulho de alguns moradores, afinal, como afirmavam, “a palmeira” tinha agora um banco, “a palmeira não sai só nas páginas policiais do jornal, agora sai nas páginas boas do jornal”. O discurso da moradora exprime entusiasmo e auto-estima, sentimentos necessários para reverter a situação de miséria no Conjunto. Entretanto, o Palmeira, como a maioria dos bairros pobres de uma metrópole, tem um elevado índice de analfabetismo, de desemprego e um número considerável de pessoas envolvidas com drogas e prostituição. No entanto, essas limitações não impediram que os mesmos moradores se inquietassem e buscassem novos caminhos de inclusão social.

Durante várias vezes, Senhor Augusto me acompanhou nas entrevistas e dizia: “tá vendo aquele, Dona Fernanda, está drogado, rouba nas casas e no comércio do Conjunto”, e acabava contando a história da pessoa. Essa afirmação se confirma no depoimento de Sra. Franci, proprietária da maior farmácia existente no Conjunto: “Eu perdi as vezes que fui assaltada. Hoje eu evito o assalto, eu fico aqui observando quem passa porque eu conheço quase todos. Aqui tem câmera, mas isso não evitar”, e completava: “[...] e são todos aqui do Palmeira”. Nesse contexto, adverso de múltiplos problemas identificados acima pelos moradores e inclusive por mim no decorrer da pesquisa, há um dado curioso e importante a ser ressaltado: o Banco Palmas, desde a sua criação, nunca foi assaltado. Isso revela que existe uma solidariedade intrínseca, não revelada entre os moradores, posto que o Banco funciona no prédio da associação sem a presença de segurança ou outro recurso semelhante.

O Banco tem, aproximadamente, mil e duzentos clientes e uma fila de 500 interessados em associar-se. No começo, não foi fácil, afinal era uma associação de moradores querendo organizar um banco. Essa estratégia era uma investida muito perigosa, envolvia, por exemplo, os comerciantes locais; os cinco que concordaram em comercializar ficaram receosos: “*O banco me visitou e me ofereceu o cartão. Meu esposo não acreditava achava que não dava certo*” (Comerciante local).

O medo relatado por Dona Joana é explicado, afinal, a grande maioria dos “correntistas” tem o nome no SPC- Serviço de Proteção ao Crédito. Por conta dessa realidade, decidiu-se recorrer a outras formas de “avaliação” e “aprovação” de crédito. Geralmente, quem aprova o empréstimo é o vizinho, a partir de visitas realizadas por funcionários do

Banco Palmas²¹, e há um acompanhamento dos próprios moradores a estes “empréstimos”. Essa concepção de economia nos remete à reflexão de Arruda (2001), quando considera que é necessário reinventar outros valores agora pautados em outros paradigmas que não os capitalistas: “A economia reinventada deixará de ser uma economia de comércio para tornar-se uma economia de serviço. É esta afinal a fonte, o meio ambiente favorável para o desenvolvimento humano e espiritual. Nela, os valores de uso terão primazia sobre os valores de troca.” (ARRUDA, 2001, p.131)

Pensando nesses princípios orientadores de uma economia humanizada, o Banco Palmas iniciou suas atividades com apenas 10 clientes e um caixa de R\$2.000,00, empréstimo feito ao CEARAH Periferia²². Após o quarto mês de sua inauguração, a Associação estabeleceu parceria com organizações de cooperação internacional - OXFAM – GB e GTZ e um novo empréstimo pôde ser feito. O início dessa trajetória foi marcada por muitas incertezas e dificuldades, mas, ao mesmo tempo, a sinergia gerava e impulsionava o grupo a desvendar novos caminhos organizativos, objetivando a geração de trabalho e renda e a satisfação subjetiva dos envolvidos. Ao final de seu primeiro ano o banco possuía R\$15.000,00 (quinze mil) em carteira e 120 (cento e vinte) cartões entregues ao moradores, mas, como afirma um dos animadores do bairro, “não foi fácil o primeiro ano, foi preciso conquistar um por um, sem desanimar”. Seu depoimento é confirmado por uma comerciante local: “No começo eu tive medo mesmo, eu tinha medo do banco quebrar e eu ficar com prejuízo eu tinha medo que o banco não desse certo.”

Hoje, há uma rede de 1.200 pessoas articuladas através do consumo, da produção e do crédito, tecendo assim, a rede da socioeconomia solidária. O banco, nesse sentido, é um “artifício”, é um estímulo à produção e à comercialização, porque viabiliza um novo mercado local, incentivando o consumo através da adoção do cartão de crédito. E essa rede torna a socioeconomia solidária “revolucionária” por estar colocada num novo paradigma. Como nos lembra Singer (2000), “Em todos os sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais [...] Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social.”

O objetivo dessa experiência econômica solidária é criar mecanismos dentro do bairro, no sentido de possibilitar e articular a produção e consumos locais, na perspectiva de

²¹ Existem dois bolsistas que trabalham, diariamente, recebendo um salário mínimo.

²² Uma ONG, Centro de Estudos, Articulação e Referências sobre Assentamentos Humanos, com sede na cidade de Fortaleza-Ceará, foi criada com o objetivo de articular, mobilizar e assessorar o movimento popular.

afirmação da cidadania. A política de microcrédito está estruturada em patamares de juros diferenciados, de acordo com a discriminação do quadro a seguir:

CRÉDITO EVOLUTIVO

JUROS EVOLUTIVOS ²³

Crédito	Valores em Reais	Juros ao Mês
1º - crédito	Até 300	2%
2º- crédito	Até 500	2,5%
3º crédito	Até 1.000	3%

Fonte: ASMOCONP/ Banco Palmas

Hoje, o Palmas já beneficiou, aproximadamente, 800 empreendimentos, algo em torno de R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais). Nesses empréstimos, são priorizados os projetos coletivos em detrimento dos individuais, gerando trabalho e renda para os moradores (costureiras, artesãos, serventes de pedreiros, entre outros). Esse processo vem constituindo novos referenciais de cidadania, conforme nos mostra a tabela abaixo:

PRODUTOS

FUNCIONAMENTO

Agricultura Urbana	Objetiva incentivar o cultivo de legumes e hortaliças, plantas medicinais ou criação de galinha caipira nos quintais das casas.
Microcrédito para produção, comércio ou serviço	Este crédito é concedido a moradores que não tem nenhum acesso ao crédito “oficial”. Valor máximo R\$1.000,00.
PalmaCard	Microcrédito direcionado para o consumo. Valor mínimo para o empréstimo R\$ 20,00, valor

²³ Cf. NETO; MAGALHÃES, 2003.

	máximo R\$ 100,00.
Microcrédito para mulheres	É uma linha de crédito direcionado, especificamente, a mulheres em situação de risco – social e pessoal. Hoje são atendidas pela incubadora feminina, um empreendimento do Palma Palmas.
Palma Casa	São empréstimos para pequenas reformas de casa. Para esta linha de crédito, existe uma relação do Banco, do morador e dono do depósito de construção do bairro. O comerciante recebe o dinheiro do banco e o morador terá 6 meses para efetuar o pagamento ao banco com juros de 1,5% ao mês.

Fonte: ASMOCONP/Banco Palmas

Esse tipo de crédito, aparentemente simples, é uma das várias janelas abertas para os moradores do Conjunto Palmeiras no sentido de melhorar a vida no bairro. O Banco gerou 100 novos empregos diretos e 450 empregos indiretos; as vendas aumentaram cerca de 40%, segundo depoimentos dos comerciantes. O Banco Palmas gera 1 emprego com cada 300 reais, 520 famílias já possuem o cartão de crédito, isso significa mais de 8 mil reais circulando nos pequenos negócios. O número de sócios da associação aumentou de 500 para 1300 em dois anos. Dessa forma, o Banco é também um instrumento de revitalização da ASMOCONP.

Cada empreendimento do Banco é uma tentativa de mudar as regras do jogo impostas pelo mercado capitalista. Recria, assim, novas jogadas diante das regras impostas do jogo instituído; da economia “individualizante” surge uma economia coletiva que está alicerçada também em novos valores societários.

Fazer a economia como [...] arte de cuidar das várias casas que nos hospedam (este é o seu sentido etimológico). Esta arte demanda, para além da razão, do cálculo e do planejamento, calor humano, sentimento, intuição, paixão, partilha, dom, altruísmo, compaixão, reciprocidade, amorosidade, serviço. O mesmo vale para as diversas dimensões da existência humana contemporânea que estão relacionadas com a economia: a globalização, o desenvolvimento, o trabalho e a educação.
(ARRUDA, 2001, p. 115)

E como se revela isso no cotidiano? Como pessoas, geralmente, excluídas social e culturalmente opõem-se a uma realidade “a priori” já dada? Qual o elemento agregador neste processo de reinvenção do cotidiano?

2.4 Cartão de Crédito – viabilizador de necessidades

Marquei a entrevista com Franci, dona da farmácia - A Farmavita, a maior do Conjunto e integrante da rede de comércios, local em que se recebia o cartão Palmacard. Fiquei receosa, em atrasar no compromisso, afinal era o terceiro encontro agendado. Ao chegar, logo Franci anunciou, “Ah você é a jornalista da Revista Isto é?” Não. Sou pesquisadora, marquei com você, lembra? Apressei-me em corrigir o erro. “Desculpe, são tantas pessoas que me procuram querendo saber sobre o banco e o cartão. É o Palmeira crescendo. Isso é bom, para quem viu o Palmeira como eu vi” e completou “[...] aqui era só mato, só mato e lama.”

E foi assim que iniciou nossa conversa numa tarde quente, no canto da farmácia, interrompida por clientes que chegavam:

Eu vim parar aqui pelo destino. Eu conheci meu esposo, ele também veio do sertão e morava aqui no Palmeiras, mas ele veio diretamente pra cá. Daí eu conheci ele, aí a gente casou, aí moramos um ano no Palmeiras e hoje eu moro aqui pertinho. Ele morou 17 anos, ficou até 88, moramos num bairro vizinho (saímos) porque a gente morava na casa do pai dele e aí, com muito sacrifício nós juntamos um dinheirinho, aí compramos uma casa aqui próximo - conjunto da marinha. Ele tinha um comércio no centro, aí ele vendeu. Eu trabalhava no comércio, na aldeota – crédito. Eu era chefe deste setor. Aí juntei o meu dinheiro da empresa – aí surgiu a farmácia aí nós compramos, fizemos as instalações eu sempre gostei muito de medicamentos. Eu trabalho numa coisa que eu gosto, porque as dificuldades são muitas.

(Moradora do Conjunto Palmeira)

Inicialmente, fiquei ali parada, ouvindo, decepcionada, minha entrevistada, porque Dona Franci se distanciava dos objetivos das perguntas que fazia. Acreditava que aquela abordagem não era ideal. Afinal, Franci contava a história de sua vida e não a relação de sua Farmácia com o Banco Palmas. Esse era meu objetivo – que relações sociais surgem a partir da criação de um cartão de crédito no bairro pobre de uma metrópole? “*Tudo aquilo me*

desmotivava. Onde está o diferente na socioeconomia solidária? Havia algum código nas falas o qual não conseguia alcançar?” (Diário de campo – abril 2001).

Nessa perspectiva nos alerta Bourdieu “A ruptura é com efeito, uma conversão do olhar e pode-se dizer do ensino de pesquisa em sociologia que ele deve , em primeiro lugar, ‘dar novos olhos’[...] . Trata-se de produzir , senão ‘ um homem novo’, pelo menos ‘um novo olhar’, um olhar sociológico”.

(BOURDIEU, 2000, p.49)

O elo que procurava na fala da Franci ia surgindo aos poucos e, como afirmava Boudieu (2000), tentava “dar novos olhos” ao seu depoimento. Falar de sua vida era falar da história do bairro, ora como visitante que não tinha aparentemente nenhuma identidade com o bairro, ora como moradora e comerciante testemunhando a história do bairro em seus mais diferentes contextos históricos:

Quando eu conheci a Palmeira não tinha água potável, eu lembro que quando casei que vim morar na casa de meu sogro, a água era no cacimbão. Eram filas em colégios, eu mesma carreguei água para a casa de meu sogro. Quando chegou água da CAGECE²⁴, eu fui prá fila prá conseguir a água. A palmeira²⁵ está crescendo muito, tem até um banco, um cartão, evoluiu muito.
(Moradora do Conjunto Palmeira)

O depoimento da moradora expressa o orgulho em relação à evolução do bairro desafiando e conquistando espaços, geralmente não reservados a pessoas pobres

Hoje a Palmeira está uma metrópole porque aqui nem transporte tinha [...] Era só um ônibus, sujo, velho, horrível; você falava em Palmeira as pessoas já tinha preconceito. Hoje eu digo: o Palmeira tem até uma farmácia que me orgulho de ser minha, poder compartilhar, ajudar a comunidade, prestar um serviço[...], antigamente, nem farmácia tinha. A gente procurava um comprimido para comprar e não tinha. E hoje tem uma farmácia com tele- entrega. Eu me qualifiquei, fiz curso para dar orientação a eles.
(Comerciante local)

Franci foi uma das primeiras comerciantes a receber o cartão de crédito em sua farmácia. Durante seu depoimento, percebi dois aspectos: não receava a venda através do cartão que, segundo ela, é o terceiro em vendas no mês, (os primeiros são mastercard e

²⁴ CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará.

²⁵ Os moradores mais antigos chamam o conjunto de a Palmeira, terminologia endereçada à vasta vegetação da planta palmeira naquela região da cidade, embora hoje tenha diminuído, consideravelmente, devido ao desmatamento para construção de casas e uso na confecção de artesanato. Um número considerável de moradores (mulheres) utilizam a palha da palmeira para empalhar garrafas de cachaça, as quais são vendidas para turistas na orla marítima também são encontradas em supermercados.

redeshop), no entanto, essa confiança não se endereçava aos clientes do cartão, mas ao Banco Palmas. “Eu não venderia fiado para estas pessoas, nenhum deles”, e complementa: “[...] porque ele funciona como um cartão de crédito qualquer, não dá nenhum problema, quer dizer, se der algum problema o Banco resolve, eles resolvem [...] (Comerciante local).

O cartão tem dois aspectos importantes a serem destacados: o primeiro concerne a desenvolver no bairro o consumo, o segundo, mais lento, embora essencial, é o de construir laços de confiança entre consumidor e comerciante. Segundo o coordenador do Banco Palmas, alcançado esse objetivo, o cartão perderia a razão de sua existência, teria cumprido seu papel pedagógico e político: “No futuro, as relações serão consolidadas e surgirá um outro instrumento muito maior, que são as compras coletivas que substituirão o cartão.”

Os cartões de crédito tornaram-se, nos últimos anos, no Brasil, uma “moeda de plástico” que circula recentemente em todas as classes sociais. Tornou-se, no comércio, um viabilizador de compras, geralmente, facilitador na comercialização nestes tempos de crise. Essa idéia de pagamento surgiu, de acordo com informações da administradora de cartões de crédito *credicard*, em 1950, quando dois advogados norte americanos Frank Namara e Ralph Schneider, da cidade de *New York*, ao utilizarem os serviços de um restaurante da referida cidade, recorreram a esse tipo de pagamento, isto é, um cartão de visitas como forma de garantir o pagamento da dívida. Surgia a idéia de criar um cartão de crédito, inicialmente, restrito aos sócios do *Diners Club*. Foi a família *Klabin* que trouxe essa idéia para o Brasil; no começo, destinava-se somente a empresários e altos executivos.²⁶ A idéia do cartão dessa forma surge como resposta a uma necessidade.

Hoje, segundo pesquisa realizada pela administradora de cartões *VISA*²⁷, 47% dos brasileiros possuem cartões de créditos. Esse crescimento deu-se a partir de 1994 com o surgimento do real; naquele período, havia cerca de 11,2 milhões de usuários deste tipo de serviço. O crescimento do uso de cartões de crédito no Brasil tomou proporções consideráveis nos últimos anos, merecendo destaque nos órgãos de imprensa, conforme matéria sobre a explosão de cartões de crédito, veiculada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 5 novembro 2001. Essa mesma pesquisa detecta ainda que, desses usuários, 2,3 milhões são clientes de baixa renda; em 1999, esta clientela não passava dos 400 mil associados. Há dez anos, criou-se uma linha para atendimento desse público específico.

²⁶ Leia mais sobre esse tema no *site* da *credicard*: <http://www.credicard.com.br>.

²⁷ Cartão de crédito aceito na maioria das lojas brasileiras. Folha de São Paulo. 5 nov. 2001.

Uma outra reportagem do mesmo jornal, datada do dia 29 de maio de 2000, revela que o alcance desta abertura dos cartões de créditos não é suficiente para chegar até os 32 milhões de miseráveis existentes no Brasil, inclusive os do Conjunto Palmeira. Então, seria necessário definir estratégias para os que se situavam abaixo da linha de pobreza pudessem ter acesso a esse tipo de crédito. Era preciso reinventar outras maneiras para que esse segmento social tivesse acesso a inserir-se nessa rede que utiliza o cartão de crédito como uma forma de realizar o consumo que, no caso do Palmacard, é um consumo solidário.

Neste universo da “moeda de plástico”, Fortaleza, no ano de 2001, foi a segunda cidade nordestina em que mais se usou cartões de crédito, perdendo apenas para a cidade de Salvador, conforme nos revela a matéria publicada no Jornal O Povo de 2 de fevereiro de 2001.

Nessa mesma reportagem, podemos observar o tipo de consumo utilizando o cartão de crédito, neste caso específico, o cartão *mastercard*, que neste mesmo ano atingiu a marca de 14 milhões de cartões. Este aumento de usuários de cartões como vimos anteriormente, ainda era restrito à uma parcela de indivíduos “aceitáveis socialmente”, os quais cumprem exigências do mercado: renda, moradia fixa e outros. Desempregados, biscateiros, favelados não atendem tais exigências e, portanto, ficam excluídos desta modalidade de serviços viabilizador de compras e serviços.

Assim, a associação de moradores do Conjunto Palmeira, ao criar o Banco Palmas e o cartão de crédito, objetivava aumentar a renda e melhorar as condições de vida dos moradores, e também sedimentar outros valores que orientassem a lógica desencadeada pelo mercado local. Tal perspectiva não descarta a simbologia que o cartão encerra no imaginário dos clientes, o sentimento de pertença e de inclusão no circuito do mercado, bem como a possibilidade de atender a algumas necessidades de consumo gerador de patamares de inclusão. Como nos lembra Castoriadis (1982, p. 147), “todo simbolismo se edifica sobre ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais - mesmo que seja só para preencher as fundações de novos templos.”

Essa tarefa não é fácil, afinal, reorientar valores de símbolos significa, cotidianamente, criar mecanismos num processo contínuo de aprendizagem, de cidadania e de responsabilidade perante à comunidade, enquanto protagonista desse novo saber. Como verificamos neste depoimento: “Eu acho que o cartão não tem nada de solidariedade, porque eu acho que ele é um cartão como outro qualquer [...] É uma ajuda, né? porque antes quando *a*

gente queria comprar alguma coisa do mercantil não dava, agora a gente vai e compra.”(Olendina, moradora e cliente do cartão).

A declaração da moradora do Conjunto Palmeira expressa o caráter contraditório e, ao mesmo tempo, compreensível, porque é reflexo de relação com um símbolo existente no qual há signos “a priori” definidos e, simultaneamente, reconstruídos, agora, sob novos valores. Ou seja, no mercado capitalista, o cartão de crédito tem um papel definido, enquanto no mercado solidário, há um objetivo que vai para além da compra, mas de criar espaços de relações sociais pautadas na confiança entre os moradores na perspectiva de garantir patamares crescentes de inclusão social.

A construção da cidadania, ensaiada no Conjunto Palmeira, revela-se como umas das mais ricas experiências existentes atualmente no Brasil, entretanto, é algo extremamente complexo e contraditório. Afinal, o que eles estão sugerindo é juntar economia e solidariedade e, no lugar da competição, a solidariedade, como nos lembra Singer (1999, p. 69): “[...] a solidariedade [é o] princípio organizador da economia social em lugar da competição [...] as pessoas se ajudam, são solidárias umas com às outras, se unem e, com isto, ficam mais fortes.”

A solidariedade está ancorada e impulsionada por necessidades pontuais e urgentes; e, conforme salienta Singer (2000), trata-se de uma das alternativas para agregar e criar um espaço de sociabilidade entre os moradores. No entanto, continua o autor, não seria verdadeiro afirmar que a pobreza e a exclusão tornam-se, necessariamente, solidárias uma a outra, mas as tornam mais próximas pela identificação. Essa solidariedade tem um risco contínuo quando estes mesmos indivíduos disputam uma mesma oportunidade, “muitos deles [...] internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo.” (SINGER, 2000).

Nesse sentido, o depoimento a seguir demarca concepções e olhares diferentes:

Confiança só em Deus. Eu não acredito no Banco Palmas porque, primeiro teve uma época (eu sei costurar) que eu queria ter feito um empréstimo para comprar uma máquina. É muita burocracia, eu nunca consegui, é tanto que eu deixei de lado, por isso eu nem me interessei de vir para a reunião. No bairro muita gente que tem, fala muito bem, mas pra mim mesma nunca me ajudou.

(Olendina, moradora do bairro).

A moradora referia-se a *Palma Fashion*, grife, atribuída à confecção de roupa existente no bairro, um dos primeiros empreendimentos do Banco Palmas.

Este sentimento de Olendina acima citado, quando afirma “*Eu acho que o cartão não tem nada de solidariedade*”, reafirma a existência de olhares e concepções diferentes entre os moradores da comunidade²⁸. Os limites e a não inclusão de todos gera discriminação que para muitos desencadeia insatisfação, ou seja, o pensamento não é uníssono. O depoimento a seguir confirma esta hipótese:

O cartão é solidário exatamente por isso, porque ele deu oportunidade a muitas pessoas. O Cartão fez muitos moradores se sentirem gente, [...] se sentirem bem. É tanto que eles diziam: eu tenho um cartão. As pessoas chegavam e diziam: olha, eu tenho um cartão. É como se uma pessoa hoje tem um cartão de crédito, por exemplo, o credicard e vai à loja e sente-se muito bem porque tem o cartão credicard. (Comerciante local)

Essa contradição, expressada por essa e por outras moradoras, confere, ao mesmo tempo, o limite das experiências e destaca a importância de se criarem canais por onde se “experimente” essa solidariedade. Na realidade, embora os pressupostos da socioeconomia solidária – SES sugira a construção de espaços de uma liberdade planetária pautada no respeito, na cooperação, através de uma agenda democrática, a sua gestação ocorre dentro de um “*mundo de vida*”, com hábitos, costumes, valores e, por vezes, ideais marcados pelo individualismo e pela competição capitalista. Então, que canais hoje essas experiências utilizam em seu cotidiano, no sentido de modificar e criar outras possibilidades de compreensão e gestão participativa, democrática e transparente? E quem são os atores sociais inseridos neste momento novo do movimento social?

2.5 Cartão de Crédito: Imagens e Desejos

Compreender a dinâmica de um bairro é verificar suas peculiaridades, seus desejos, decodificar falas e gestos. É observar o complexo movimento do cotidiano sob o qual articula-se cada fragmentário momento da relação entre indivíduos no qual se constituem o alicerce de referência da sociabilidade moderna.

²⁸ Usei, no decorrer do presente trabalho, os termos: comunidade, bairro, conjunto e favela como sinônimos.

Dentro dessa perspectiva, de acordo com Martins (2000, p. 57): “O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano”. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz da sociedade civil, dos movimentos sociais.

Compreender esses valores, que embasam as ações dos indivíduos, é olhar além das macropolíticas, verificando a complexidade que tece o cotidiano, o miúdo do *fazer com*. É desvendar que, a criação, por exemplo de um cartão de crédito, não é simplesmente a adoção de símbolos da sociedade moderna, ele transcende a lógica até então instituída por tal símbolo, agregando valores que, fatalmente, terão desdobramentos políticos e culturais.

O *PalmaCard* surgiu em 1998 como um produto do Banco Palmas, com o objetivo de animar a produção e o consumo local. A ASMOCONP percebeu que a maioria dos moradores do conjunto evadia-se do bairro por não poder pagar a casa. “O bairro ficou caro”, falavam alguns desses moradores, então vendiam suas casas e mudavam-se para favelas ou ocupações. A partir desse diagnóstico expressado em reuniões, surgiu a mobilização para criar um banco como um dos instrumentos de geração de renda. O cartão surgia como instrumento de incrementar as vendas localmente. Mas, porque não usar uma caderneta como costumeiramente se usa em economias populares: bodegas, botequins, dentre outros? A resposta de uma moradora do Conjunto Palmeira vem de pronto: “*porque nós somos chiques*”.

O cartão, para a moradora, significa um símbolo de uma identidade muitas vezes negada, instrumento viabilizador da aquisição de mercadorias e serviços e encarna um fetiche realizador de desejos e de consumo. Essa necessidade é criada pelo capitalismo para ampliar o consumo, daí o apelo existente nos *outdoors* da cidade, os convites e ofertas para possuir um cartão. Então, por que eles não poderiam também ter um cartão, um *Card*? “Quem ia usar o cartão queria um PalmaCard, isso dava identidade, isso dava crédito, elas se sentiam importantes.”

Uma outra preocupação destacada diz respeito à criação de um vínculo entre o cartão e o bairro, materializado na marca do Palmeira: “A grande discussão era o primeiro nome que era palma ou seja, [...] deviam ter a nossa identidade, um bairro que era considerado uma favela um bairro dos índios tinha agora um banco e um cartão de crédito.” (Coordenador do Banco Palmas).

No imaginário dos moradores integrantes da Associação, a construção da identidade passava pelo visível, pelo desejo de possuir um símbolo que identificasse aqueles consumidores e produtores do Conjunto Palmeira. Segundo Castoriadis (1982, p. 154), “ [...] falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’, [ou seja], [...] de deslizamento ou deslocamento, onde os símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’.”

Assim, as lideranças comunitárias, ao criar o Banco Palmas, o cartão e os demais empreendimentos, expressam o desejo de construir novas saídas diante de uma situação de pobreza e miséria e, assim, apostaram num caminho cujo símbolo sinaliza para a condição de pertencer e de incluir:

Uma mulher lá disse assim [sócia da ASMOCONP]: olha a gente poderia fazer aqui que nem tem por aí: estes cartões que compram nas lojas, a gente podia fazer um negócio aqui parecido [...] Então a mulher matou a pau [...] Então o povo saiu da reunião dizendo assim: vamos fazer o nosso cartão! Decidimos fazer o cartão. Na época nós não sabíamos se ia ser uma folha de papel, então decidimos pelo formato mesmo de um cartão de crédito: uma coisa que você compraria e depois o banco pagaria.
(Animador local)

Além da simbologia encarnada no *Card*, ele também viabiliza o desejo, do consumo pela sobrevivência: a compra do arroz, do feijão, da farinha, dos ovos, dentre outros gêneros alimentícios. Ele ainda estabelece o elo entre quem vende e quem compra, aquecendo assim a economia local. Nos anos de 2000 e 2001, haviam, aproximadamente, 180 pessoas comprando com frequência com o PalmaCard. Em pesquisa realizada pelo Banco Palmas, verificou-se que 90% a 95% dos produtos consumidos com cartão estão voltados para aquisição de gêneros alimentícios e o restante para consumos emergenciais que vão desde da compra de remédios ao gás de cozinha.

No início, eram aproximadamente 5 cinco pessoas comprando em 3 ou 4 bodegas do bairro; a desconfiança em relação à credibilidade do cartão era uma constante, conforme explicita o depoimento a seguir: “Eu estou com o cartão desde que começou mas eu não lembro quando foi. Fui umas das primeiras a utilizar o cartão aqui no Palmeiras, ainda sob uma forte suspeita e desconfiança entre consumidores e comerciantes.” (Joana - Comerciante local).

No período de 2000 e 2001, o cartão já contava com aproximadamente 520 clientes: Como nos depõe a comerciante: “No começo eu vendia muito. No início eu tinha muito

clientes. O Cartão ajudava muito. Teve época de eu vender 3.000 mil reais no *cartão*.”
(Joana – comerciante local)

Dessa clientela, 40% tem renda fixa, dentre esta, merecem destaque, os aposentados; os outros 60% são biscateiros: lavadeiras, faxineiras, manicures, dentre outros. A renda destes clientes varia de trinta reais até um salário mínimo²⁹; 90% destes são mulheres com maridos desempregados, tornando-se, assim, condutoras e responsáveis pela sobrevivência da família. Dos 5 comerciantes que, no início, recebiam o cartão, atualmente somam 30 a 40. São os donos de farmácias, de *bombonnières*, de açougues, de botecos e mini-mercados do bairro. Todos esses empreendimentos estão situados no Conjunto Palmeiras e têm convênios com o Banco. Atualmente, o valor do crédito para os clientes varia de R\$20,00 (vinte reais) a R\$100,00 (cem reais). No dia 15 de cada mês, o comerciante recebe do Banco o pagamento. O banco faz o papel de mediador entre o comerciante e o cliente. A inadimplência varia de 5% a 10%. O controle do cartão, muitas vezes, é feito manualmente, mas já se começou a esboçar um processo de informatização nesse controle, embora, segundo Joaquim Neto, o mesmo ainda seja muito simples e precário.

O cartão simboliza um crachá de apresentação, como um certificado de garantia à cidadania, envolvendo sua dimensão de direito e dever diante da comunidade.

É um instrumento de auto estima, as pessoas se valorizam mais, porque tem um cartão PalmaCard. Ele [o morador] tem um cartão que compra quando pode, não precisa mendigar, não precisa pedir às pessoas. Antigamente, quando compravam fiado, eram humilhados; tinham que pedir, as pessoas não queriam vender, impunham suas regras. Também tem o aspecto econômico, compra mais barato porque compra no cartão; porque quando compra fiado o cara vai, coloca o juro, coloca o preço do dia no ato do pagamento.

(Coordenador do Banco Palmas).

2.6 *Palmacard* – No cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais

Entendemos a socioeconomia solidária como uma das alternativas possíveis dentro do capitalismo. Nesse sentido, ela tem uma face “revolucionária”, porque o próprio processo de experimentar formas de produzir diferente induz a mudanças nas práticas cotidianas. Essas mudanças são perceptíveis para alguns atores sociais envolvidos nessa trama. Ela se dá por

²⁹ Esse valor, em 2003, equivale a, aproximadamente, 12,5% do salário mínimo vigente que é de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) o que representa U\$ 86,00 (oitenta e seis dólares).

atos, no cotidiano das ações e das relações. Para outros, o cartão é percebido somente na sua dimensão material, como viabilizador do processo de troca, de comercialização. No entanto, isso significa que tais práticas geram um campo de possibilidades e de uma maior aproximação entre os moradores, no tocante à confiabilidade entre comerciante e consumidor, fortalecimento do comércio local - produção e consumo - ampliando o trabalho e renda no bairro.

Tem uma coisa que transcende o cartão [e é] invisível que é esta relação que tem entre produtor/consumidor, associação com o morador, comerciante com a associação. Então este cartão foi um elo, um fio que facilitou na prática este relacionamento um com outro e com todos nós ao mesmo tempo. E ninguém fez isso porque planejou; isso aconteceu porque o cartão facilitou. E ele colocou isso na prática. Então muitos clientes que não compravam no local, hoje mesmo sem cartão, eles conseguirão credibilidade. O cartão cria relações sociais que vão se criando; então aumentou este grau de relação entre as pessoas. Este aspecto é fundamental.

(Coordenador da Banco Palmas.)

O que significa isso, senão, como afirma Singer³⁰, uma utopia experimentada, ou seja, uma experiência vivenciada no cotidiano; são seus atores/autores que a fazem e a refazem de muitas maneiras, objetivando sempre melhorar à vida local: comunidade, bairro ou favela.

É importante destacarmos que esse espaço de mercado gerado, que está sendo ampliado na comunidade do Conjunto Palmeira, não se trata de uma simples transação comercial nos moldes capitalistas, ele agrega um componente político que necessita ser desvendado, ou seja, é um novo jeito de fazer economia. A prática é visível, de acordo com este depoimento:

O usuário do cartão não tem comprovante de renda, a maioria não tem acesso a outros cartões. A gente ver que são pessoas mais carentes que têm o cartão; eles acreditam mesmo só porque a pessoa mora aqui no Palmeira. São pessoas mesmo, pobrezinha.

(Franci - Comerciante do bairro).

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Universidade Estadual do Ceará, solicitada pelo governo do Estado, constatou-se a seguinte realidade após a criação do Banco Palmas:

³⁰ Aula –seminário na PUC de São Paulo. Novembro de 2000.

- 58% dos clientes adquiriram mais respeito na comunidade;
- 54% tornaram-se mais solidários;
- 83% adquiriram mais confiança;
- 75% apresentaram mais estímulo pela vida;
- 82% sentem-se mais responsáveis;
- 86% passaram a ter mais esperança;
- 95% consideram o Palmas um agente erradicador de fome e promotor de emprego e renda; e
- 96% afirmaram que o Banco era, no mínimo, bom.

Esses dados expressam uma maneira diferente e desafiadora de lidar com a realidade de forma a reverter a situação existente criando novas alternativas e mecanismos sociais para viabilizar a inclusão social.

Essa experiência, ainda pequena do ponto de vista de sua abrangência, vem se mostrando grande pela ousadia e pela sua capacidade de publicização, ultrapassando os limites do Estado, da região e do país. Essa capacidade de propagação será analisada a seguir como um elemento indutor de inclusão social.

CAPÍTULO III

3. ECONOMIA E SOLIDARIEDADE: CONSTRUÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS DE INCLUSÃO SOCIAL

No meio das pedras tem um caminho
Tem um caminho
Não esqueçamos tal descobrimento:
No meio das pedras tem um caminho

Alécio Donizete , *apud* Mance , 2002

Os movimentos sociais tornaram-se, há muito, objeto de estudo e análise nas Ciências Sociais, por serem um tema complexo e mutante, por expressarem desejos e ações de indivíduos-coletivos que nos diferentes momentos da história brasileira, têm se revelado protagonistas de mudanças e de novas possibilidades.

Dessa maneira, as produções teóricas são resultado de longas pesquisas destes espaços empíricos, nos seus mais variados momentos de lutas e estratégias de enfrentamento, por melhores condições de vida humana. Contudo, as vertentes teóricas de estudo sobre esta questão evidenciam conexões de conjunturas, desvendam objetivos e condutas desencadeadas pelos movimentos sociais e populares, enquanto protagonistas de uma história que se faz e refaz nas trilhas da vida.

Segundo Gohn (2000) , a discussão acerca dos movimentos sociais no Brasil versam, desde os anos 40, com o surgimento da “Sociedades Amigos de Bairros” - SABs - na cidade de São Paulo e, mais intensamente, a partir de 1945, com forte identidade populista e clientelista.

Os anos 60 marcam o período de sonhos e utopias pautados numa proposta revolucionária e furtada pelo regime militar; foram, bruscamente, interrompidos com a instalação da ditadura militar.

Na década 70, os estudos científicos, de F. Weffort, e O. Ianni versavam sobre o populismo na política brasileira; Lúcio Kowarick, produzia críticas à teoria da marginalidade, Paulo Singer tecia comentários ao milagre brasileiro, Florestan Fernandes tratava sobre a questão da burguesia brasileira. Estes autores teorizavam uma sociologia voltada para os

grandes temas e acontecimentos que haviam marcado o Brasil e que, de certa forma, eram norteadores da ação dos atores inseridos no movimento social.

Nos anos 80, perceberemos algumas mudanças nas análises acerca dos movimentos sociais. A razão dessas mudanças serão justificadas, segundo Gohn (2000), na conjuntura sócio-política explosiva do final dos anos 70, com o aparecimento de inúmeros movimentos e formas organizativas populares. Os novos estudos sobre o movimento social urbano versarão nas novas lutas pela moradia, expressas nas ocupações de terra e no surgimento de organizações, associações de moradores, dentre outros.

A década de 90 redefiniria, novamente, o campo de lutas sociais no Brasil, também deslocando o eixo de compreensão e de análise dos movimentos sociais, alguns já mencionados nos capítulos anteriores. Segundo Gohn (2000), em relação às práticas das lutas, serão dois os principais eixos norteadores. Primeiro, há um deslocamento no campo das reivindicações populares, anteriormente centradas em questões de infra-estrutura básica ligadas ao consumo coletivo – como transporte, saúde, educação e moradia - para reivindicações relativas à sobrevivência física dos indivíduos, objetivando garantir um suporte mínimo de mercadorias para o consumo. O segundo eixo refere-se a questões mais específicas, como igualdade de gênero, discriminação racial, e sinalizava um movimento voltado para questões de ordem subjetiva.

Dessa forma, pesquisar os movimentos sociais dos anos 90, remete a uma compreensão da realidade que vai além das questões objetivas. É preciso lançarmos um olhar sobre o indivíduo. Nesse aspecto, alerta Gohn (2000, p. 279) que é necessário “pesquisar a identidade dos movimentos, ouvir suas falas, captar suas práticas cotidianas foram se tornando os objetivos centrais nas preocupações dos analistas, e não mais o estudo das determinações estruturais da economia sobre as ações coletivas[...]”

Essa nova vertente analítica nas Ciências Sociais apresentada por Gohn e por outros autores nos remete a compreender o momento do movimento popular, com seu olhar voltado para práticas e valores que sustentam e dinamizam essa conjuntura. Esse caminho é fundamental no sentido de desvendar o que embasa e, provavelmente, o que sustenta o movimento social, enquanto protagonista das mudanças históricas.

3.1 Solidariedade: Construção do Conceito

Atualmente, solidariedade é uma palavra freqüentemente usada e cada vez mais disputada, sinalizando, de certa maneira, uma importante inflexão dentro do capitalismo. Entretanto, segundo Lisboa (2003), enquanto conceito analítico, seu significado esgota-se na mesma proporção em que todos a utilizam de forma genérica e indefinida.

Segundo ainda o mesmo autor, a idéia da solidariedade se transforma historicamente, do ponto de vista de sua aceção e de sua espacialidade, à medida que seu significado é veiculado a partir de lugares sociais diferentes, embora contemporâneos.

Para os antigos, a solidariedade era regida por relações mais próximas - comunitárias, familiares e de vizinhanças -, alicerçadas na confiança e segurança diante das adversidades da vida, por expressarem códigos culturais fortes e serem uma forma de integração rígida vivida de modo evidente e natural (LISBOA, 2003). Durkheim (1995), um dos teóricos da sociologia, denominou esse modelo de solidariedade mecânica, diferenciando-a da solidariedade orgânica. Para usar uma expressão do próprio sociólogo, é uma solidariedade por semelhança. Segundo ele, quando esta forma de solidariedade se evidencia numa determinada sociedade, os indivíduos pouco se distinguem, pertencem a um mesmo grupo social, têm sentimentos, valores e costumes semelhantes; os mesmos cultivam objetos por eles considerados sagrados.

Com o advento da modernidade, surgiu a possibilidade do sujeito autônomo. Dentro do contexto da moderna vida urbana e industrial, foi essencial a generalização do dinheiro, intermediando as relações. Esta socialização torna-se, segundo Lisboa (2003), dissocializante e dessolidarizante por impor condições utilitaristas, despersonalizando as relações humanas. O indivíduo não tem tempo de ser solidário. Esconde-se atrás do véu de pedra das grandes mansões ou condomínios de luxo, aterrorizados, pelo medo do outro, percebido como uma ameaça. Esta ameaça está nos viadutos, calçadas e semáforos, principalmente das grandes metrópoles.

Esta estranheza, este terror, decorre de uma “insensibilidade e indiferença,” justificada por aqueles que se julgam conscientes da necessidade do distanciamento. Surge, fundada nessa constatação, a naturalização da desigualdade que fragiliza o sentimento de semelhança entre os indivíduos, debilitando a solidez do tecido social. Ao escamotearmos na modernidade o sentido da solidariedade, segundo Lisboa (2003), deixamos de perceber a correlação de uma parte com o todo e do todo com a parte.

Durkheim (1995) compreendia a solidariedade na sociedade moderna de orgânica, por limitar-se ao mundo privado e às formas racionalizadas institucionais e corporativas. Este modelo de solidariedade é baseado na diferenciação dos indivíduos. O autor faz uma analogia sobre a importância dos órgãos de um ser vivo, os quais exercem funções distintas, ao mesmo tempo em que são todos indispensáveis à vida.

É importante salientarmos que o pensamento durkheimiano foi construído numa conjuntura de grandes mudanças, daí sua preocupação explícita em relação à ordem social no contexto da sociedade industrial. Nestas duas formas de solidariedade – a orgânica e a mecânica – estava a base explicativa dos processos de organização social nos quais se evidenciava a análise central de seu pensamento, ou seja, o indivíduo nasce da sociedade, e não o inverso. A solidariedade, segundo o autor,

consiste no estabelecimento de uma ordem social e moral sui generis. Os indivíduos são ligados uns aos outros, de tal forma que, sem isso, seriam independentes; em vez de se desenvolverem separadamente, eles ajustam seus esforços; eles são solidários por meio de uma solidariedade que não age somente nos curtos períodos em que se trocam serviços, mas que se estende além.
(DURKHEIM, 1955, p.64)

No período contemporâneo, a discussão acerca da solidariedade ressurgiu em grupos distintos por razões múltiplas, embora convergindo para o mesmo campo. Os caminhos da recriação da solidariedade são distintos, são portas que se abrem dentro de uma realidade particular, local, fragmentada no contexto da sociedade globalizada e excludente.

Há uma necessidade de revisitar as utopias, reconceitualizá-las na perspectiva de situar-se numa análise que ultrapasse às precarizadas e reducionistas. Os indivíduos são, nesse contexto, tudo ao mesmo tempo: emoção – razão, ousadia-medo, amigo-inimigo. Dessa forma, falar em solidariedade remete e “converge para relações construídas cotidianamente, numa constante revolução molecular em curso, onde se reapropriam os meios de produção biopolíticos, os afetos, os corpos e os desejos.” (LISBOA, 2003, p. 248)

Nesse sentido, a solidariedade seria o equivalente ao conceito de fraternidade, termos que lembram irmandade e, dessa forma, objetivam conciliar liberdade e igualdade.

a energia da solidariedade decorre dela ser o sentimento de sentir-se solidamente parte do mesmo corpo [seria seu sentido etimológico] [...] é também o sentimento de responsabilidade para com a nossa comunidade, há que perceber que cada um faz parte de múltiplas comunidades [...] o sentimento de sentir-se parte de um todo

maior surge se o alimentarmos, resulta de um esforço contínuo, é uma escolha (LISBOA, 2003, p. 248).

Segundo Arruda (2003), estudioso do tema no Brasil, o sentido etimológico da palavra refere-se portanto, à ligação indissociável entre elementos de um mesmo organismo ou sistemas. Entretanto, continua o autor, esta apreensão ontológica do conceito não tem sido suficiente para sustentar a apreensão do seu significado na história da humanidade e, por isso, “é necessário um trabalho cultural para fazer emergir uma solidariedade consciente. E esta não se realiza como um estado ou ponto de chegada, mas é um desafio e uma escolha do sujeito em cada ato de sua existência [...] [não seria] uma imposição moral.” (ARRUDA, 2003, p. 233).

Assim, seria uma escolha do indivíduo viver e conviver de maneira solidária com os seus. Muitas vezes, a solidariedade acontece em grupos que carregam em si semelhanças: as gangues ou uma quadrilha de assaltantes. A solidariedade praticada por esses grupos, alguns estudiosos, divergindo do pensamento durkheimiano, chamam de *solidariedade temporária*, por realizar-se frente a uma necessidade pontual a qual não tem, necessariamente, uma continuidade. Um outro exemplo, seriam os grupos de *gays* e *lésbicas* que, devido à importância conquistada socialmente nos últimos anos, estabeleceram uma data para demarcar a presença destes movimentos, a partir da criação de um dia de mobilização mundial. Um outro grupo seria o de excluídos por questões econômicas: são os moradores de favelas e da periferia dos grandes centros urbanos que, organizados em redes, realizam manifestações de protesto e, ao mesmo tempo, criam localmente estratégias de melhoria de vida e que constituem o público central do presente estudo.

Alguns desses grupos citados acima e tantos outros existentes têm sido movidos em alguns momentos da história, pelo princípio da solidariedade, como valor preponderante na perspectiva de uma outra ordem social. A despeito disso, ressurgiu a necessidade de classificar as várias maneiras de conceber a solidariedade por esses atores sociais.

Razeto (1999) classifica a solidariedade de duas formas. A primeira com característica de filantropia e assistencialismo: “caminho do assistencialismo e beneficência supõe, ao contrário, situações de dependência e falta de imaginação, carência de recursos pessoais, desesperança, dificuldades de relação, timidez e isolamento social.” (RAZETO, 1999, p. 39).

O exemplo desse modelo de solidariedade foi amplamente articulado, a partir de 1956, pela Cáritas Brasileira, ligada à Igreja Católica, a qual exerceu o papel de articuladora

em obras sociais, de inspiração católica, objetivando promover a distribuição de donativos e alimentos, em especial o “leite em pó americano”. O Brasil nesse período, atravessava o horror do regime militar, era o ano de 1966; o lema era “dar o peixe” a quem tem fome.

Sobre essa maneira de conceber a solidariedade, Joana, moradora e comerciante do Conjunto Palmeira destaca:

A solidariedade de dar uma cesta básica, sei que não vai suprir as necessidades deles amanhã e depois. Mas, naquele momento vai suprir. Para aquele momento de angústia, de necessidade de dar o comer a seu filho. Sei que vai passar naquele período de uma tarde, uma noite, sei lá. Num outro dia Deus vai suprir a necessidades deles de alguma maneira.

(Moradora do Conjunto Palmeira)

A outra maneira de conceber a solidariedade, entendida por Razeto (1999, p. 37), devolve ao indivíduo entusiasmo e entrosamento em seu espaço social, surge de ambientes mais “conscientes” e participativos. Supõem indivíduos com iniciativas e capacidade de assumir riscos.

Com esse olhar, a Igreja Católica vem, aos poucos, redefinindo seu papel social através da Cáritas, a qual passa de mera repassadora de donativos e volta-se a programas direcionados a debates políticos sobre o lema “ensinar a pescar” contrapondo ao seu papel social anterior. Sobre esse aspecto, Bertucci (1996, p. 61) afirma: “Isso significa dizer que a Igreja Católica sai de uma prática meramente assistencialista e passa agir junto aos miseráveis com uma reflexão acerca de suas vidas, onde a solidariedade também pode ser referências de construção da auto estima e possivelmente de uma cidadania.”

Em 1999, a Cáritas Brasileira já havia realizado em torno de 750 projetos comunitários atingindo 17 mil pessoas.

A ênfase à solidariedade libertadora, atual fase da Cáritas, privilegia um enfoque, um ponto de partida sobre o qual atua, seja nas situações de emergência, seja no apoio às iniciativas comunitárias ou associativas, seja no apoio as mobilizações populares [...] A premência para implementar ações através de projetos que respondesse às reais necessidades da comunidade levou à opção pela linha de apoio aos Projetos Alternativos Comunitários – (PACs) como expressão de compromisso social com o povo e como uma demonstração visível de que os trabalhadores organizados e apoiados têm uma saída para suas condições de miséria (BERTUCCI, 1996, p.60-62).

Essa ênfase ao novo modelo de solidariedade realizado pela Igreja Católica revela uma opção também nos movimentos sociais populares, os quais vêm se organizando sob um novo signo da solidariedade, como revela o depoimento a seguir de uma moradora do Conjunto Palmeira: “Existe uma diferença entre a solidariedade de quem ganha somente uma cesta básica que dou, e aquela que bota a banca na feirinha”. E, continua afirmando que, “É completamente diferente, porque por exemplo, os mantimentos se acabam logo, a feirinha ela pode se juntar com os outros feirantes e a cada dia melhorar mais.”

A referência à solidariedade, mencionada pela moradora, está relacionada à uma postura pró-ativa que envolve um compartilhamento de atitudes, cujo horizonte é a busca de uma situação sustentável em termos de qualidade de vida.

Segundo o coordenador do Banco Palmas, essa opção na “forma de fazer solidariedade” foi crucial no momento da escolha de concepções a serem adotadas, ou seja, trilhar o caminho já conhecido da solidariedade ou optar por uma saída no sentido do fortalecimento dos que vivem num estado de pobreza. Através da solidariedade, eles se fortalecem como sujeitos políticos, são, portanto, estimulados a ousar e a percorrer experiências desafiadoras, como as da economia solidária.

Essa postura de enfrentamento dos problemas sociais, transformando-os em estratégias de ações voltadas para a cidadania, tem sido a marca do Conjunto Palmeira no decorrer de sua história, como depõe este morador:

Na década de 80, morreu uma menina no rio cocó, ela passou 4 dias para ser enterrada; o Instituto Médico Legal – IML veio e levou o corpo da moça e trouxe de volta, e ela ficou em cima de uma tábua; era uma Semana Santa, foi numa quinta-feira. Quando foi no sábado, a mãe dela chegou e disse: Sr. Augusto, minha filha está apodrecendo. A gente deixou o almoço e saímos nos quintais a procura de madeirite; nós emendamos e fizemos o caixão dela, arranjamos um lençol e fizemos a mortalha, os olhos dela estavam esbugalhado, uma coisa horrível.

Depois disso, tivemos que tomar outras providências; criamos uma funerária em parceria com a Paz Eterna (funerária) [...] O morador da comunidade paga 6% do salário mínimo para dar direito a 12 pessoas e esta taxa é entregue lá na Paz Eterna, e a pessoa individual dá 2% do salário mínimo.

(Morador do Conjunto Palmeira).

O relato acima demonstra a lógica de solidariedade construída na comunidade e transcende a esfera do assistencialismo. A partir de uma carência concreta da comunidade, os próprios moradores investem em projetos políticos de enfrentamento da mesma. Essa distinção na concepção de solidariedade, demarca um viés do exercício da cidadania, por

resgatar a auto-estima dos moradores no mesmo instante em que impõe a estes indivíduos cuidarem de si e da comunidade. Essa prática se realiza muitas vezes de maneira silenciosa e, portanto, nem sempre visível aos olhos de quem a protagoniza:

No começo, nós não sabíamos o que era economia solidária. Porque, no começo os instrumentos foram de uma economia formal, emprestar dinheiro etc. Depois fomos vendo que o que estávamos fazendo era diferente, e vinha de uma necessidade concreta. Aí decidimos transformar tudo isto em instrumentos da economia solidária: as compras coletivas, a incubadora. A tendência é que nossa linha de crédito não seja mais individual, só coletiva, a exemplo da palma limpe. Estes são desafios.

(Coordenador do Banco Palmas).

São atitudes como essas que norteiam as práticas da solidariedade em debate no Brasil e no Mundo, fundadas num processo contínuo de aprendizagem, num fazer e aprender. Dentro de uma realidade adversa, das contradições inerentes aos indivíduos que, de certa maneira, são frutos de um mundo que vive e convive.

A socioeconomia solidária é absolutamente “revolucionária”, porque o próprio processo de experimentar formas distintas de produzir e consumir tem conotações e efeitos sobre os valores que direcionam a vida dos atores sociais inseridos. Um outro aspecto a ser observado e considerado é que a SES se desenvolve, fundamentalmente, no âmbito local, possibilitando um constante diálogo e reformulações de ações a serem desenvolvidas. Dessa maneira, a leitura de valores embutidos nessas ações é o pressuposto fundamental na socioeconomia solidária.

Nessa perspectiva, além dos canais já revelados, que outros são utilizados no cotidiano no sentido de modificar e abrir outras possibilidades de compreensão de uma economia diferenciada?

3.2 A Socioeconomia Solidária: Uma Alternativa em Curso

A discussão de uma economia voltada para solidariedade que implique a divisão da riqueza, do poder e do saber surge, em meados do século XIX, emergindo contraditoriamente, na ambiência do próprio capitalismo industrial. Os trabalhadores explorados e alienados juntam-se na busca de modelos de organizar a produção objetivando a satisfação de suas necessidades (ARRUDA, 2003).

A expressão socioeconomia solidária significa ou equivale à economia solidária. A ênfase no social remete ao significado do conceito “economia”, o qual é fiel ao seu sentido etimológico – gestão, cuidado da casa. Segundo Arruda (2003), as raízes históricas desse conceito vêm da Grécia clássica, no entanto, o sentido do seu resgate está condicionado aos desafios das contradições contemporâneas impostas pelo modelo social e econômico que exclui e desfilia indivíduos, demarcando contradições em relação aos princípios que norteiam a modernidade. Conforme Lisboa (2003, p. 248), “O reconhecimento atual da economia solidária indica que a solidariedade deixa de ser somente um adjetivo destacável ou restrito às relações pessoais, e se apresenta como eixo de um projeto societário alternativo ao capitalismo.”

Existem atualmente uma variedade de termos e expressões para indicar o ressurgimento desse modelo de organização econômica – economia social, economia de proximidade, economia solidária, socioeconomia solidária, economia do trabalho emancipado – e sua reconceitualização se baseia em outros paradigmas como cooperação, em vez de competição, planejamento participativo em substituição aos interesses corporativistas, dentre outros. Esses conceitos surgem da necessidade de diferenciar e demarcar a emergência de outras abordagens econômicas, alternativas às praticadas no sistema capitalista de produção.

Os objetivos também dessa reconceitualização decorrem das práticas de relações econômicas que proporcionam, a curto prazo, a sobrevivência e a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos envolvidos em atividades de produção ou de serviços, sedimentados em empreendimentos desenvolvidos localmente, como, por exemplo, no Conjunto Palmeira, conforme já mencionei em capítulos anteriores. São ações fundadas, principalmente, na colaboração solidária entre seus semelhantes, inspirados em novos valores culturais que valorizam a vida humana nas suas mais variadas formas. É em meio à esta nova concepção de economia e tendo como foco de preocupação a inclusão social que nasceu o Banco Palmas, onde a necessidade inspirou a reinvenção de uma economia diferente

O Banco surgiu em cima de uma lógica de solidariedade sem ter, tecnicamente e filosoficamente, este entendimento que nós estávamos criando; uma economia na contramão do capital, na contramão de uma economia capitalista e na contramão da competição. Estávamos fazendo uma coisa diferente sem nos dar conta racionalmente que era uma coisa diferente, teoricamente falando.
(Coordenador do Banco Palmas).

As experiências contemporâneas de economia solidária inspiram-se em modelos existentes em meados do século de XIX na Inglaterra³¹. Segundo Arruda (2003, p. 235):

Aperfeiçoados e recriados nos diversos contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se. A despeito desta diversidade, são informadas por valores comuns, tais como a valorização do trabalho humano, promoção das necessidades como eixo da atividade econômica, comercial e financeira, [...] numa economia fundada na solidariedade, da reciprocidade, e da partilha.

Para o economista Singer (2000, p. 13), “[...] a economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo”. Para o autor, a invenção e a expansão da SES institui “inícios de revoluções locais” modificando as relações entre os atores sociais que estão inseridos nesse processo de mudanças. Essas modificações podem manifestar-se na família, com o vizinho, com o morador da mesma quadra criando redes de relações local. A esse respeito, relata uma moradora do Conjunto Palmeira:

Por exemplo: o filho de Dona Maria se acidentou. Ela tem o PalmaCard; ele tá precisando de um medicamento que muitas vezes o posto não tem, e ela tendo o cartão chega aqui na farmácia e compra. Às vezes é um medicamento caro e se ela não tivesse o cartão ela não compraria naquele momento. Aqui eu tenho um exemplo desses que o filho se acidentou e ela fez o tratamento dele todinho com PalmaCard, e pagou certo.

Um outro aspecto, destacado por Singer (2000), diz respeito ao da capacidade pró-ativa de superação e determinação frente às adversidades do capitalismo, buscando, assim, de forma molecular, a superação, mesmo que seja naquele momento de forma paliativa. Nessa direção, afirma o autor: “o caráter revolucionário da economia solidária abre-lhe a perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão.” (SINGER, 2000, p. 28).

A perspectiva da solidariedade, afirmando-se através de cadeias e elos de sociabilidade, fica evidenciado no depoimento a seguir: “Eu acho que aumentou a solidariedade aqui no bairro. Por exemplo, a Dona Maria que tem uma banquinha ali na feira,

³¹ A cooperativa de Rochdale é considerada a ‘mãe das cooperativas’. Foi criada em 1844, inicialmente, na Inglaterra e, posteriormente, em vários outros países. Iniciou como cooperativa de consumo e de aplicação de poupança e teve grande sucesso social e comercial. Em 1864, já tinha 4.747 cooperados. Seu sucesso deveu-se à repartição trimestral ou semestral das sobras – o resultado líquido das operações comerciais. Os princípios que nortearam sua criação definem, com precisão, o que é uma verdadeira cooperativa autogestionária: igualdade política (cada cabeça um voto). Além de livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa. Com o passar o tempo, foi perdendo as características.

vende os produtos dela lá, ela tem acesso ao cartão. A outra, também do mesmo jeito. E as duas melhoram de vida.” (Franci – Comerciante local).

O trabalho desenvolvido em rede possibilita a interação entre as pessoas da comunidade; ou ainda amplia os laços de construção de solidariedade. Os indivíduos participando destes laços podem colaborar e serem reconhecidos como sujeito dentro de um processo por eles construído. Este teria como ponto importante ampliar os laços na comunidade, fortalecendo a comunidade, e, ao mesmo tempo recompondo o tecido social.

3.3 A Socioeconomia Solidária e as Redes

O movimento social da década de 90 se apresenta dentro de um novo perfil de organização, redefinindo sua abordagem em termos de redes. Apresenta-se em pequenos grupos conectados à vida cotidiana, imprimindo novos valores à cultura local. Essas redes, ao mesmo tempo em que se definem com características localizadas, objetivam expandir-se, formando outras redes. Estas seriam, segundo Mance (2003, p. 219-220),

a ênfase nas relações entre diversidade que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no movimento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede.

Um processo de rede significa um diagnóstico de conexões realizadas, atuando entre si e podendo interferir, fecundando uma estratégia na formação ou reconstituição de um outro tecido social capaz de potencializar a melhoria de vida das pessoas. Isso significa pensar localmente uma economia diferenciada da existente, ou seja, fora do modelo que exclui uma parcela significativa da população.

Dentro de uma perspectiva solidária, registra-se o surgimento de redes internacionais, a partir da década de 60, quando alguns países do continente europeu compravam produtos dos países subdesenvolvidos por um preço mais justo. Isto destoava da lógica que caracterizava o modelo de comércio daquele período. Esse modelo de mercado teve importantes significados nos países envolvidos, aumentando a remuneração dos trabalhadores e de postos de trabalho. Atualmente, várias organizações congregam o

chamado comércio justo e solidário na Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Noruega, Holanda, Suíça dentre outros. É importante destacarmos que, no ano de 1994, esse modelo de transação obteve 205 milhões de euros e, a partir daí, houve um crescimento em torno 5% ao ano, na Europa.

Essas redes que vêm se formando são compreendidas por Mance (2003, p. 220) como: “categoria estratégica, é elemento central da chamada revolução das redes³² na qual ações de caráter econômico, político e cultural se realizam subvertendo padrões e processos hegemônicos mantenedores do capitalismo avançando para a construção de uma globalização solidária.”

Portanto, o comércio justo não é apenas uma relação comercial, busca, sobretudo, a cooperação e a colaboração entre os produtores envolvidos. Um outro ator importante nesse mercado é o consumidor, seu papel não é apenas de mero comprador, mas também de construir relações recíprocas de responsabilidade e compromisso com o produto. Sobre esse aspecto, Fretell e Roca (2003, p. 33-44) advertem:

[Além do exposto] O comércio justo e solidário surge como um conjunto de práticas que se inscrevem em uma concepção dos intercâmbios, que rompe com o paradigma econômico e a visão de desenvolvimento imperantes. Nesse sentido, possui um poder transformador que possibilita estabelecer outros tipos de relações entre produtores e consumidores, baseado [...] na confiança e no interesse compartilhado. Surge como uma experiência de solidariedade na economia .

Um outro modelo de organização voltado para o comércio solidário são os Sistemas de Emprego e Comércio, direcionados às organizações coletivas. Seu surgimento ocorreu no Canadá, nos anos 80, e espalhou-se, rapidamente, em vários outros países e objetiva:

[...] que membros de uma mesma comunidade possam intercambiar bens e serviços entre si sem a mediação de moedas oficiais³³, ativando a geração e o consumo de

³² Nesse aspecto, a revolução da redes é a integração das diversidades que somente podem florescer plenamente, onde ocorrer registros e práticas de colaboração solidária entre as pessoas, organizações e movimentos, integrando, compartilhando e sustentando o conjunto de avanços e enfrentando coletivamente, sob várias estratégias, os desafios existentes como as diversas formas de opressão que incluem práticas, de exploração e exclusão dos mais diversos tipos.

³³ No Conjunto Palmeira essa experiência vem sendo desenvolvida desde o ano de 2000 nos clubes de trocas; a moeda social utilizada é o Palmares. O nome é endereçado ao mais importante Quilombo da história, na luta pela libertação dos de negros no Brasil. A moeda é utilizada somente por moradores do bairro sócios da ASMOCONP. Tenciona ser um laboratório de práticas e aprendizagens solidárias. A idéia é de que nenhum participante, geralmente formado por pequenos grupos, retenha o palmares. Dessa forma, toda mercadoria é comercializada durante a feira. Recentemente foi criada uma outra moeda, o Palmas, com maior alcance na

produtos e serviços locais beneficiando a comunidade e particularmente as pessoas que têm pouco dinheiro, uma vez que podem preservá-lo para cobrir despesas com produtos e serviços não ofertados pela própria comunidade.
(MANCINI, 2003, p. 32)

O mais interessante, no trabalho em redes, é que sua amplitude, dependendo da organização dos atores sociais envolvidos, extrapola inclusive os espaços geográficos, criando territórios.

Raffestein (1993) sugere, uma análise na qual prioriza como objeto o indivíduo, em detrimento do espaço; tematizando sobre o espaço, o autor afirma:

O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar.
(RAFFESTEIN, 1993, p.144)

No momento em que atores sociais territorializam esse espaço, tornam-lhe um campo de possibilidades, o indivíduo pode optar em “construir” várias “tessituras” e articular-se em redes, modificando a feição espacial, anteriormente definida. Dessa forma, alerta o mesmo autor:

[...] Não se trata pois do ‘espaço’, mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que, tomado numa relação social de comunicação.
(RAFFESTEIN, 1993, p.148)

A noção de território passa por dentro da feição que o indivíduo dá ao espaço, é essa feição que gerará a concepção de empoderamento surgida nas práticas e nas relações formadas. O tecido social é, assim, resultante dessa combinação. A cidade, neste caso, enquanto espaço pré-estabelecido (as favelas, o centro, a periferia), é resultado do desenho, “a priori” feito por seus habitantes. A forma como a ocupam e como se comunicam é que configurará sua relação de poder com a cidade.

comunidade. Neste capítulo, detalharemos essa questão. É importante informarmos que as duas moedas ficam depositadas no Banco e somente os coordenadores têm acesso a sua distribuição.

Essa territorialização vai imprimir aos atores envolvidos nessa tessitura social uma noção de poder, agora delimitada pela construção de redes constituídas. A rede impõe a seus atores inseridos uma outra prática de poder. Esse poder é distribuído e, ao mesmo tempo, concentrado, no qual se impõe uma noção de territorialidade, cada indivíduo é parte constituinte desse poder por realizar e sofrer ações de outros atores sociais na formação de relações sociais.

A demarcação desse território está embasada na construção de redes locais dentro da perspectiva da construção e fortalecimento das cadeias produtivas. Essa demarcação desembocará na construção de territórios que vão para além do desenvolvimento local; e transcende o desenho mundial da atuação dos movimentos sociais e populares. Este processo, que considero uma globalização às avessas, institui o local como ponto de partida e chegada, visto que os atores sociais têm esta função didática de trazer, levar e espalhar experiências.

De novo, Raffestein (1993) permite-nos compreender como a produção de territórios pode se inscrever no campo do poder e que, portanto, não há somente um território, mas vários territórios, concomitantemente, sendo reproduzidos em vários espaços sociais, impondo força e poder.

Em graus diversos, e, momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder.
(RAFFESTEIN, 1993, p.153)

Quando se elaboram estratégias dentro de um territorial “conquistado”, equaciona-se, de maneira racional, a posição que o ator social terá em relação a outros poderes existentes. No caso em estudo, o Conjunto Palmeira criou, no ano de 2003, o Plano Local de Investimento Estratégico – PLIES, objetivando delimitar ou demarcar o seu território³⁴ dentro de uma cartografia de exclusão social, impondo, a partir do que foi revelado nos capítulos anteriores, seu poder transformador enquanto ator social. Essa atitude foi comentada pela representante do governo estadual por ocasião do seminário “A Devolução do PLIES para a Cidade”.

³⁴ É interessante lembrarmos que falar de território é fazer uma referência implícita a noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação deste grupo gera, de imediato, a delimitação. Nesse sentido, delimitar é, pois, isolar ou subtrair momentaneamente, ou ainda, manifestar um poder numa área precisa. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja de energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder.

Então você ver uma associação comunitária de um bairro da periferia, dando uma lição de pensamento estratégico, onde junta inúmeros parceiros de forma totalmente organizada, contrata pessoas especializadas – consultores, e montam um plano a médio e longo prazo, que facilita a todos nós, a possíveis apoiadores a nos inserir de uma forma sistêmica e não apenas apoiando pontualmente. Vendo como nós podemos nos colocar como parceiros numa visão mais ampla do mundo. Que sirva esta experiência de referência para o movimento social.

(Celeste Cordeiro – Secretária Estadual de Inclusão Social)

O seminário, com o sugestivo nome “*A devolução do PLIES para a Cidade*”, denotou uma proposição de diálogo em que os atores sociais sugerem a outros poderes constituintes. Esse seminário foi finalizado com a assinatura de todos, reconhecendo-se, assim, a importância e as metas planejadas a partir do olhar dos moradores. Essa atitude é emblemática e revela-se numa tarefa que pressupõe uma ação mediada pelo poder que está se constituindo. Nesse sentido, Raffestein (1993, p. 186) nos explica que “O poder, antes de se difundir e antes de se esgotar, se cristaliza num lugar, em lugares que com frequência ele marca profundamente, às vezes até de uma forma indelével.[...] Esses locais são marcados por uma ação, pelo exercício de um poder.”

Com o PLIES, objetivou-se ter um diagnóstico sócio-econômico (índices de analfabetismo, desemprego, dentre outros) do Conjunto Palmeira, através de uma pesquisa quantitativa e o mapeamento da produção e do consumo locais. Para a realização desse plano, contou-se com a colaboração de consultores, moradores, organizações não-governamentais e parceiros, como o Banco do Nordeste e o SEBRAE. Esse trabalho teve a duração de um mês, com oficinas, caminhadas no bairro e três grandes seminários: o de abertura, o de validação das propostas encaminhadas pelos moradores, objetivando ajustá-lo e o terceiro, como já foi mencionado, de devolução do PLIES à cidade de Fortaleza. O que mais impressionou durante as atividades foi a participação dos moradores - jovens, adultos e velhos - constatada nesse depoimento:

É uma experiência que impressiona pela sua qualidade, eficiência e, principalmente, pelo alto grau de participação popular da comunidade. Para nós e para o governo Lula, isso vai ser levado muito em conta e certamente será seguido por outras partes do Brasil.

(Depoimento do participante do PLIES).

Durante as oficinas discutiram-se vários temas: agricultura urbana, segurança alimentar, *marketing* e comunicação, mercado solidário e comércio justo, microcrédito, mercado formal e mercado informal, arte e cultura, e mulheres em situação de risco. A

escolha desses temas representa, de certa forma, o trabalho que já vem sendo desenvolvido pela Associação de Moradores através do Banco Palmas. A organização e a participação significativa dos moradores, durante a feitura do plano, foram observadas neste depoimento do presidente do Banco do Nordeste:

O que nós achamos importante e que a gente vem acompanhando desde sua fase inicial é que são demandas da vontade da própria comunidade, a qual fez este planejamento, embora tenha havido a participação dos consultores, mas o processo decisório foi da própria comunidade, que é sabedora do que é importante para ela. (Roberto Smith –Presidente do Banco do Nordeste)

O que subjaz ao PLIES, encadeado a outros projetos do Conjunto Palmeira, é uma forte racionalidade que pressupõe ações da socioeconomia solidária, tornando-a uma alternativa capaz de instigar políticas de melhoria de vida nas periferias, morros, favelas e bairros miseráveis. A despeito disso, Santos (2002, p. 25) esclarece:

O que este [modelo de organização] pretende, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseadas na igualdade, e na solidariedade.

Essa temática, por ocasião do I, II e III Fórum Social Mundial realizados na cidade de Porto Alegre-RS, nos anos de 2001, 2002 e 2003, respectivamente, constituiu um espaço convergente para discutir uma infinidade de temas e propostas, onde, aproximadamente, 900 redes presentes e várias outras organizações sociais vêm, nos mais diferentes países, discutindo e avaliando as práticas chamadas de socioeconomia solidária.

O Fórum Social Mundial tornou-se um espaço socializador onde, através das oficinas, palestras, e debates foi se difundindo a idéia da necessidade do movimento em redes locais e mundiais. A respeito das redes globais convém lembrar que:

A ideia básica que subjaz à estratégia da Rede Global é que a difusão do consumo e do trabalho solidários, em laços complexos de realimentação, possibilita que os valores econômicos gerados pelo trabalho possam realimentar o processo de produção e consumo, promovendo o bem viver das coletividades, o desenvolvimento sustentável e a expansão do campo de possibilidades de realização das liberdades públicas privadas, avançando na construção de [novas relações sociais]. (MANCE, 2002, p. 239)

A opção do trabalho em rede denota um campo novo de articulação dos movimentos populares, inclusive de apropriação de mecanismos tecnológicos de última geração: as redes eletrônicas. Esse trabalho sistêmico, orientado por situações marcadas por uma profunda racionalidade, torna o fenômeno uma questão moderna e instigante. A combinação do trato da exclusão econômica inova, no momento em que é embutida a transversalidade cultural no cotidiano dos atores envolvidos. São os moradores que vão traduzir, nas práticas e ações do bairro, outros signos de orientação, como o uso do cartão de crédito, de um Banco, ou de uma moeda social etc, de tal modo a incluir outros moradores na economia local. O que mediará essas ações é a solidariedade.

3.4 Redes Locais: Palmas, o Dinheiro que Inclui

O tema “rede”, agregando família, foi desenvolvido em 1967, num encontro que ocorreu na Inglaterra, onde recebeu o nome de dialética da libertação. Neste Seminário Internacional, um pesquisador propôs uma alternativa metodológica para organização de sistema de redes, integrando famílias e amigos, pensando no tratamento de pessoas portadoras de doenças como a esquizofrenia. Objetivava mostrar a inviabilidade de pensar o indivíduo de maneira isolada da família, pois esta permeia um conjunto integrado de múltiplas redes, considerando, portanto, as relações a partir do sujeito e da família, na perspectiva de uma integração com toda a comunidade.

Este exercício de compreender o indivíduo dentro de contexto mais geral foi essencial para o sucesso do estudo. Isso nos remete a entender que, na organização social, nessa conjuntura de mudanças de paradigmas e de acontecimentos efêmeros, é fundamental o trabalho se desenvolver em várias frentes e uma delas é a família como elo de compreensão de uma realidade mais ampla e mais complexa.

Durante a pesquisa desenvolvida no Palmeira, esse entendimento me foi revelado através das ações desenvolvidas pelo Banco Palmas, como já mencionei anteriormente. O referido Banco tem 1.200 famílias beneficiadas através de algum empreendimento, isso equivale a aproximadamente 5.000³⁵ pessoas “assistidas”. Esses valores poderiam revelar-se de uma outra forma caso o ASMOCONP não tivesse feito a opção de trabalhar com as

³⁵ Cf. RELATÓRIO DE ATIVIDADES, jan. 2002/jul. 2003.

famílias. Esse desafio tem sido possível porque os animadores têm insistido no trabalho sistêmico.

A formação de redes vem acontecendo de maneira lenta e gradual, num processo contínuo de aprendizagem. Como citei antes, a experiência das compras coletivas, envolvendo atores sociais da comunidade e de outros bairros da periferia da cidade de Fortaleza, revela-se como resultado de uma caminhada; ela se constrói não somente dentro de uma perspectiva de bairro, mas de território, caracterizada por afinidades e necessidades.

A lógica de tudo isso é como é possível de uma empresa solidária que se relaciona com o cartão que se relaciona com agricultura urbana. Esta é a grande luta pedagógica da solidariedade, que é a grande contribuição e, é a grande contribuição porque ela não é teórica, ela está sendo experimentada na prática. Então ela vai resolvendo os problemas pontualmente e enquanto isso nós vamos experimentando na prática uma forma diferente de viver de fazer economia esta é a grande contribuição.

(Morador do Conjunto Palmeira)

Neste bojo de experimentações que congregam a SES, está a moeda social que imprime nos indivíduos a concepção de dinheiro útil a todos, dinamizando o comércio local. Foi com esta preocupação que o Conjunto Palmeira lançou mão do Palmas, moeda social que tem o papel pedagógico de uso do dinheiro, do fortalecimento de uma comunidade e da incrementação do comércio local.

O dinheiro, nas suas mais diferentes formas, evidencia as diversas maneiras de os indivíduos se relacionarem num momento histórico e espaço social determinados. Essa conclusão nos leva a pensar que sua utilidade é coordenada por atores sociais ou grupos sociais que objetivamente o pensaram. O rigor de sua criação advém, portanto, da racionalidade que sustenta e orienta seu uso no meio. O dinheiro é uma construção simbólica mediada por um processo de interação social. Nesse caso, os valores atribuídos à sua criação são utilizados por esses atores. Ele é instrumento facilitador de transação comercial.

Nos mais diferentes momentos da humanidade, muitos povos utilizaram meios de intermediar a comercialização de produtos e serviços. Segundo Albuquerque (2003), os sumérios, assim como os egípcios, cinco mil anos atrás, usavam grãos de trigo como meio de intercâmbio. Os grãos, guardados em silos, permitiam o registro de créditos que podiam ser repassados como forma de pagamento. Os proprietários (depositantes) pagavam uma taxa de armazenagem e, para não serem onerados com estes custos, preferiam emprestar (sem juros), em vez de guardá-los. Isso depõe duas questões relevantes: a primeira, em relação aos meios

utilizados para intercambiar bens e serviços, e uma segunda é que a estratégia utilizada por esses povos deslumbrou uma outra possibilidade, a de melhor consumir um bem ou serviço do que acumular.

É nesse sentido, da escassez *versus* abundância, que vem sendo constituído em várias partes do mundo e, que a moeda social se inclui. São arranjos criados por grupos que objetivam melhorar a vida nos subúrbios, favelas e morros das metrópoles. O registro de experiência, utilizando a moeda social, advém da década de 30, baseada na idéia do austríaco chamado Sílvio Gesell, em sua obra *A ordem econômica natural pela livre terra e pela livre moeda*, na cidade Wögl, na Áustria, com a implementação de uma moeda local.

Esse dinheiro, para ter valor, necessariamente, tinha que possuir um selo que custava uma pequena taxa. Para evitar esse custo, em relação à sua validação, os donos gastavam rapidamente ou emprestavam aos moradores locais, fazendo com que a moeda tivesse uma maior circulação e aquecesse o comércio local, gerando trabalho e renda.

Segundo a socióloga Primavera (2003), uma experiência semelhante a essa, em relação a seu objetivo social, foi registrada no Estado de São Paulo, no município de Campina do Monte Alegre, às margens do rio Paranapanema, cujos resultados tiveram repercussões nacionais e foram merecedores da atenção de alguns teóricos:

[...] às portas da hiperinflação, o prefeito, apoiado pelas instituições locais e pelos os moradores organizados em ativos conselhos populares, emitiu o 'Campino Real', que substituiu praticamente toda a massa monetária local, destinando-a à aplicações financeiras que protegiam o valor do dinheiro e evitavam ao máximo sua saída do âmbito local. Ao necessitar de uma moeda formal para sair do município, os titulares 'trocavam' seus Campinos Reais por Reais na Associação de Comerciantes e, ao regressar, faziam a operação inversa. Quando a televisão mostrou os resultados como 'curioso' triunfo contra a hiperinflação, o Banco Central reagiu e a experiência teve que ser desativada no prazo de alguns meses. (PRIMAVERA, 2003, p. 194).

Dessa forma, a moeda social, indiferente a seu contexto social e temporal, delimita uma preocupação e, ao mesmo tempo, um papel,

[...] que se apresenta como um conjunto de práticas sociais datadas e localizadas historicamente, que se propõe a experimentar novas formas de ação coletiva cujo o caráter sócio político possibilita entender que a dinâmica monetária pode cumprir outras funções sociais, culturais e econômicas, não deriva de determinismos abstratos e, por isso mesmo, pode ser alterada intencionalmente pela coletivamente. (ALBUQUERQUE, 2003, p. 199).

Nesse sentido, por moeda social poderíamos entender um instrumento de confiança, usado por indivíduos ou grupos sociais, que têm a função mediadora na comercialização de bens e serviços no mercado local. Seu valor monetário é resultado de acordos entre moradores de uma comunidade. Por essa razão, não tenciona e não deve ter o caráter de enriquecimentos individuais, e sim de desempenhar o papel facilitador na melhoria de vida local, organizando as cadeias produtivas nos diversos setores na comunidade, [...] servindo como meio de troca e investimento, e um exógeno, a criação de um meio de troca de diferentes estruturas, não dominada pela lógica da acumulação (juros), que seja menos compulsiva (ALBUQUERQUE, 2003, p. 200).

Foi com esse caráter que, em 2002, o Conjunto Palmeira, em parceria com o Movimento Monetário Mosaico –MOMOMO, criado na cidade de Quito – Equador, cujo objetivo central é a difusão de projetos de inclusão social, priorizou a experiência do Banco Palmas como pioneiro³⁶ no exercício de uma ação de estratégia integrada no plano de desenvolvimento local e sustentável. O projeto foi orçado em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) utilizados na construção do prédio da escola de socioeconomia solidária.



Primeira Moeda social chamada Palmares- criada pela ASMOCONP no ano de 2002.

³⁶ A experiência do Conjunto Palmeira é considerada pioneira por utilizar, ao mesmo tempo, a moeda social e o microcrédito.

Com o dinheiro disponibilizado em reais, o Banco Palmas transformou 80% em Palmas, cotados no mesmo valor da moeda padrão, o real, e 20% continuou sendo negociado na moeda nacional. Foram contratados 10 trabalhadores da construção civil, todos moradores do Conjunto Palmeira, e um arquiteto. A mão-de-obra foi paga, obedecendo os mesmos critérios da proporcionalidade exposta acima.

Trabalhei durante três meses e 2 semanas; contratei 9 trabalhadores, todo mundo recebeu o dinheiro em palmas e todo mundo gastou no bairro. Porque você sabe, né, o palma só recebe aqui no palmeira, nas lojas, frigorífico, depósito e bodegas.

(Mestre de obra responsável pela construção).

Nesse processo, diferente do cartão de crédito – o PalmaCard - objetiva-se proporcionar, além do consumo local, o entrosamento dos setores econômicos produtivos existentes no bairro, verificado nestes depoimentos:

Eu entendo que esse negócio de receber em Palma é porque ajuda no bairro. Entendo sim, antes de começar o trabalho, nós tivemos uma palestra sobre esse assunto. A gente pegando esse dinheiro e empregando aqui, tanto a gente tá se mantendo como ajudando outros que moram aqui. Esse palma traz muito benefício para a população. (Pedreiro da construção)

Agora estou recebendo a moeda (eu não me lembro o nome). A menina veio aqui com uma argentina³⁷. A moeda é assim, ela vale somente aqui no Palmeira, tem uma cédula de 50 centavos e 1 palma. Eu recebo esta moeda, posso pagar a faxineira, aí esta faxineira vai lá no meu mercadinho e compra com a moeda, aí pego esta moeda e vou lá na bomboniere, compro refrigerante, compro chiclete, compro bala. Se eu quiser comprar material de construção, tem depósito, aí eu compro lá, entendeu? somente na loja que está credenciada; então esta moeda circula entre os comerciante do Palmeira.

(Comerciante local)

Diferente do cartão, a moeda mobiliza todas as partes interessadas e envolvidas diretamente no processo. Essa construção de rede coletiva, a partir do uso da moeda, pressupõe uma maior ação do indivíduo, seja o consumidor, o comerciante, ou trabalhador. No caso, a circulação inicial da moeda, deu-se a partir dos operários que participaram da construção do prédio da escola.

A empreita foi de quatorze mil reais para a construção da escola PALMA TEC. Hoje eu não tem nenhum palma. Porque foi assim, nós terminamos a obra, e eles [os coordenadores do Banco Palmas] me deram um prazo para gastar o palmas. Aí depois eles encerraram. Aqui, no Palmeira, tem 10 comerciantes que na época recebia o Palmas [...] O palma é bom nesse sentido, né, porque eu gastei todinho aqui e isso melhora o bairro, aumentando emprego.

(Mestre da obra)

³⁷ Este projeto teve a consultoria da socióloga Heloísa Primavera, que, durante um mês, coordenou um laboratório de compreensão e uso da moeda social no Conjunto Palmeira.

Ao mesmo tempo em que mobiliza e articula os diversos atores sociais, como vimos no depoimento acima, o Palmas condiciona o seu usuário a gastar no bairro e a não acumular, dando condições objetivas de maior mobilização do dinheiro, localmente. A moeda social “obriga” a ação imediata, fundamental no cenário onde ela é pensada e executada.

Fomento

1. Ampliar o impacto das doações para projetos comunitários em geral e, em especial, para projetos de desenvolvimento (social ou econômico);

2. Ampliar permanentemente a demanda de produtos e serviços produzidos localmente (acostumando a comunidade ao “dinheiro local” e ampliando a quantidade de dinheiro que circula localmente).

Segunda Moeda Social –Palmas criada pela ASMOCONP/Banco Palmas.

Nesse sentido, a moeda social é um modo de agir coletivo, em que os princípios da ação econômica se formam na experiência concreta e derivam do significado singular, que vai além do padrão das práticas e disposições na vida econômica, sugerindo aos indivíduos uma ação fundada nos princípios coletivos. Essa compreensão, no entanto, não é fácil de ser assimilada por aqueles que estão inseridos no processo:

Mas acho que esta moeda não pode vir para substituir o cartão [PalmaCard], porque para mim o cartão é melhor, porque com o cartão eu não me preocupo. Com a moeda, eu tenho que fazer ela circular, eu não posso ficar com ela. Já com o cartão eu vendia para uma média de 50 clientes e minha preocupação era só ir no Banco e receber o dinheiro.

(Comerciante local).

Na mesma direção, o depoimento do Senhor Ozires Pereira é bastante esclarecedor, em relação ao uso da moeda:

O pessoal daqui, inclusive dois empreitantes, tiveram medo, inclusive o vizinho daqui da associação, de pegar o serviço, porque analisando bem direitinho a senhora vai ver que é pouco, porque olhe: é 80% que nós somos obrigados a gastar aqui no Palmeira. Olha, eu tenho o maior gosto em ajudar, porque tanto eu ajudo como fico conhecido no bairro. Nosso trabalho se espalha.

Um outro aspecto a ser observado é o valor atribuído à moeda social pelos moradores do Conjunto Palmeira. Não incorporaram ainda a idéia de que o Palmas é dinheiro, que compra e que paga. Essa visão revela uma “crise” de valores diante de um símbolo presente na vida de todos, que é o dinheiro:

Agora se eu fosse fazer uma nova empreita eu negociaria pelo menos 50% em dinheiro, porque a senhora sabe se a gente receber 500 reais só pega 100 reais em dinheiro e 400 só em Palmas, quer dizer, é muito pouco.
(Mestre da obra)

A preocupação revelada nesse depoimento é procedente, afinal, a idéia de uma moeda social é gestada dentro de um modelo de organização econômica que se diferencia na sua forma e no objetivo, que transcende a lógica de uma simples transação comercial, embutindo, nessas questões de ordem objetiva, a geração de trabalho e renda no bairro, a prioridade na melhoria da qualidade de vida e as questões subjetivas de auto-estima e de confiança. O dinheiro, assim, não é pensando apenas como instrumento abstrato e isolado de outras práticas locais, mas intrincado à outras práticas sociais dentro de um contexto de construção de redes.

Nesse sentido, durante as conversas que tive com os usuários do Palmas, todos foram unânimes em afirmar que a criação da moeda trouxe benefícios para o bairro e que ela se diferencia da moeda oficial porque “obriga” a comprar localmente. Isso vem denotar a grande dificuldade de cada indivíduo em perceber que seu gesto torna-se fundamental na construção do projeto da socioeconomia solidária. Este não percebe, mas é ator principal desse projeto: *“acho bom ter trabalhado, tive coragem, porque muita gente não teve”* (Sr. Ozires – mestre de obra). Na verdade, esse depoimento revela mais uma etapa de luta registrada no Conjunto Palmeira, onde, às vezes, o ator principal não enxerga a importância de seu papel no cenário que vem crescendo mundialmente, revelando um novo espaço de sociabilidade do movimento popular, ressignificado pela teia de relação que vem sendo criada e recriada;

atribuindo, assim, um crescente grau de complexidade ao projeto desencadeado pela Associação dos Moradores através do Banco Palmas.

CONCLUSÃO

Uma proposta para o debate

Ao iniciar este trabalho de dissertação, muitas questões me ocorreram. Algumas imprimiram em mim profundas dúvidas, incertezas, medos e inseguranças. Dois de todos os medos enfrentados tiveram maior relevância: primeiro, pesquisar um tema emergente do ponto de vista do acúmulo da produção teórica existente, que se coloca muito mais no campo descritivo do que analítico; segundo, desvendar as mudanças de paradigmas que vêm animando e orientando o movimento social. Dessa forma, não tenho a arrogância de considerar este trabalho como acabado, mas a certeza de contribuir com o debate no campo das Ciências Sociais, que está iniciando essa discussão e que tem pela frente muito a contribuir, devido à dimensão social e cultural do tema.

“Solucionados” esses impasses, algumas questões ficaram claras e me conduziram a chegar a três pontos fundamentais, que cercaram meu olhar durante a realização deste trabalho, revelados no decorrer da pesquisa e que agora exponho de forma sistematizada.

Primeiro, a questão central que mobiliza a socioeconomia solidária – SES, é a segregação social, econômica e cultural existente no contexto local, conectado a uma conjuntura global. Daí, todas as ações da SES serem pensadas a partir de uma particularidade oriunda de uma comunidade, de uma favela ou de um bairro. A forma como são tecidas essas práticas permite ao ator local questionar, contribuir e dialogar. Nesse aspecto, a SES é “revolucionária” porque instiga a face criadora dos movimentos sociais, sinalizando para práticas e formas de sociabilidade ousadas, geradas dentro do capitalismo, mas que, ao mesmo tempo, busca criar novas práticas sociais baseadas em novos valores.

Segundo Santos (2002), a realidade é um campo de possibilidades em que têm cabimento alternativas que foram marginalizadas ou que sequer foram tentadas inclusive a teorizar sobre mercado solidário e globalizar-se às avessas.

Essa globalização às avessas vem acontecendo de forma rápida, embora desafiadora. Como vimos no terceiro capítulo, a formação de redes locais pode ter um alcance para além do local. Mance (2002) nos lembra que as redes funcionam num processo que não têm, necessariamente, uma sede, mas que brotam por toda parte, das mais diferentes formas, na

medida em que desencadeiam novos ordenamentos coletivos e democráticos, compondo a sinergia das interações; permitem a emergência de organizações mais complexas, integrando de maneira fecunda movimentos, ações e instituições em campos econômicos, políticos e culturais, territorializando espaços, *a priori* “proibidos”.

A Segunda questão, que julgo ser considerada, é a leitura que se deve fazer em relação ao novo momento dos movimentos sociais que vêm se configurando sob o signo da solidariedade econômica e que, por isso, passam a ter uma nova postura frente ao Estado e se realizam através de reivindicações que se concretizam mediante propostas dirigidas ao Estado. Essa postura, no caso específico do Conjunto Palmeira, vem ocorrendo de forma sistemática. Nesse sentido, o PLIES é exemplar, pois agregado a outros empreendimentos realizados pelo Banco Palmas descritos no decorrer neste trabalho, converte-se numa atitude fecunda dentro de um contexto que vem se projetando como consequência das iniciativas e experiências existentes no Brasil e no mundo, quase sempre em resposta a um quadro de exclusão social e econômica.

São esses atores sociais envolvidos em redes que formatam novas lutas e recriam estratégias de inserção social as quais não acontecem somente no âmbito das questões objetivas como: trabalho, educação, moradia etc. O diferenciador é que a SES imprime no cotidiano dos indivíduos envolvidos situações, no tocante a compreensões subjetivas como o medo, o desejo, o sonho. A Incubadora Feminina, por exemplo, desempenha esse papel, quando o público beneficiado são mulheres em situação de risco: prostitutas, viciadas em drogas, ex-presidiárias. O trabalho realizado pela Associação de Moradores transcende a dimensão objetiva e prioriza a subjetiva. São mulheres que necessitam, sobretudo, acreditar na sua potencialidade como pessoa humana.

Dessa forma, destaco aqui o papel que as Ciências Sociais têm pela frente, o de compreensão desses novos paradigmas em construção que norteiam o perfil dos movimentos sociais. Portanto, para que o conhecimento científico aproxime-se, cada vez mais, do entendimento da verdade sobre as relações sociais, é imprescindível articular o estudo da SES, não somente com resultados quantitativos, mas principalmente qualitativos, exercendo um olhar sociológico sobre as experiências que vêm sendo desenvolvidas.

O terceiro ponto que pude observar na pesquisa é que a SES, através das experiências locais, possibilita criar territórios a partir das relações constituídas com o Estado e com outros atores sociais. Essa territorialização se constitui a partir das práticas no cotidiano (RAFFESTEIN, 1993); o indivíduo inova e recria outras possibilidades de sociabilidade

compreendidas em uma outra feição de poder. Nesse sentido, o território é uma projeção da ação conduzida por um ator sintagmático, o qual, ao se apropriar de um espaço concreto ou abstrato (por exemplo, pela representação), territorializa o referido espaço.

Nessa perspectiva, a cidade é um espaço constituído com os mais distintos territórios projetados a partir dos interesses dos atores sociais. O que vai projetar e delimitar esses territórios é o poder que cada ator exerce e suas estratégias de atuação. O território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTEIN, 1993, p. 143-144).

Com essa compreensão, acredito ser as redes um campo fecundo de organização dos movimentos sociais com um grande potencial de ações políticas propositivas ao Estado. Essa relação com o Estado será mediada através do grau de mobilização e articulação das redes existentes, a partir da constituição de territórios compreendidos como espaço de exercício de um novo poder.

Por fim, a socioeconomia solidária, ao encarnar valores e práticas opostas ao capitalismo, abre um debate de um conteúdo *emancipador*. No primeiro momento, em relação ao indivíduo, possibilitando mudanças de condições de vida, de auto-estima, e de novas referências de cidadania; e, no segundo momento, modifica as relações sociais através de ações voltadas para a geração de trabalho e renda no bairro, na comunidade, difundido amplamente em redes. Por essa razão, penso ser o movimento social organizado sob o signo da solidariedade econômica e social, um campo fecundo de novas relações de sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Moeda social 2. In: CATTANI. Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade. **Antologia poética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ARAGÃO, Lúcia Maria de Carvalho. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jurgen Habermas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ARRUDA, Marcos. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI. Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Educação para que trabalho? Trabalho para que ser humano? reflexões sobre educação e trabalho, sua significação e seu futuro**. Tese de Doutorado apresentada para obtenção do título de Doutor, Universidade de São Paulo – USP - 2000.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso da vitrine: conflitos urbanos e cultura política em construção**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papiurus, 1996.

BRAGA, Elza Maria Franco. **Os labirintos da habitação popular** (conjunturas, programas e atores). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

_____. **Socioeconomia solidária e a questão democrática: desvendando caminhos e utopias**. Artigo apresentado no X encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, 2003. GT – Democracia e Cidadania participativa.

_____. La acción de la ciudadanía en Brasil: un nuevo diseño de prácticas organizativas en los años noventa.

Revista Estudios Latinoamericanos. Nueva Epoca. Año II, n. 5, 1996.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor Garcia **Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Revisão técnica de Luis Roberto Salinas Fortes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Coleção Rumos da cultura moderna, v. 52.

COELHO, Franklin Dias. **Finanças Solidárias**. In CATTANI, Antônio David (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: 2003.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1. arte de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução local**. São Paulo: Vozes, 1997.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FRETELL, Alfonso Cotera; ROCA, Humberto Ortiz. **Comércio Justo**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **A solidariedade como uma alternativa econômica para os pobres**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2003.

_____. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **A ação da Cidadania contra a Miséria Fome e pela Vida – ou quando a fome se transforma em questão nacional**, Luiz Gaiguer (org.), **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: Unissinos, 1996

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

GONDIM, Linda M. P. **O Dragão do lazer e da cultura invade a Praia de Iracema: intervenções urbanísticas como catalisadoras da imagem da 'moderna' Fortaleza**. Fortaleza: EUFC, 1997.

_____. (Org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: o projeto da dissertação de mestrado**. Fortaleza: EUFC, 1999.

LISBOA, Armando de Melo. **Mercado solidário**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003a.

_____. **Solidariedade**. In: CATTANI, Antonio David. (Org.). **A outra Economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003b.

MANCIE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Cadeias produtivas solidárias**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Consumo solidário**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

_____. **Redes de colaboração solidária**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MORAES, Vinícius. Antologia poética. Rio de Janeiro, Vozes, 1999

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses sobre a nova exclusão social**: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. Salvador. Cad. CRH, n. 21, jul.-dez., 1994.

_____. **Ética, cidadania e políticas públicas**. 1998.

NETO, João. Joaquim; M, MAGALHÃES. Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: 2003

PESSOA, Fernando. **Ficções do interlúdio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PRIMAVERA, Heloísa. Moeda social 1. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

RAFFESTEIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. & GUTIERREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. Coleção Questões da Nossa Época, n. 25

RELATÓRIO DE ATIVIDADES II. Fortaleza: Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras/Banco Palmas, 1999-2000.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES. Fortaleza: Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira/Banco Palmas, Jan. 2002/Jul 2003.

RODRIGUES, Fernanda. **Movimento hip hop - o rap como forma de sociabilidade juvenil**. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais, UFC, 2000.

_____. **A socioeconomia solidária**: ensaios de sociabilidade e cidadania no Conjunto Palmeiras. In: MATTOS, Geísa; MATOS, Kelma Socorro Lopes de; CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de. **Palmeiras**: registros de cidadania. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

_____. Palmacard: no cotidiano do bairro, possibilidades de novas relações sociais. In: MELO NETO, Joaquim João; MAGALHÃES, Sandra. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão gráfica 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram**: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Ed., 1992.

SINGER, Paul. **Utopia militante**. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. Economia solidária. In: CATTANI. Antonio David. (Org). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, Paul; DE SOUSA, André Ricardo. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 35, out. 1997.